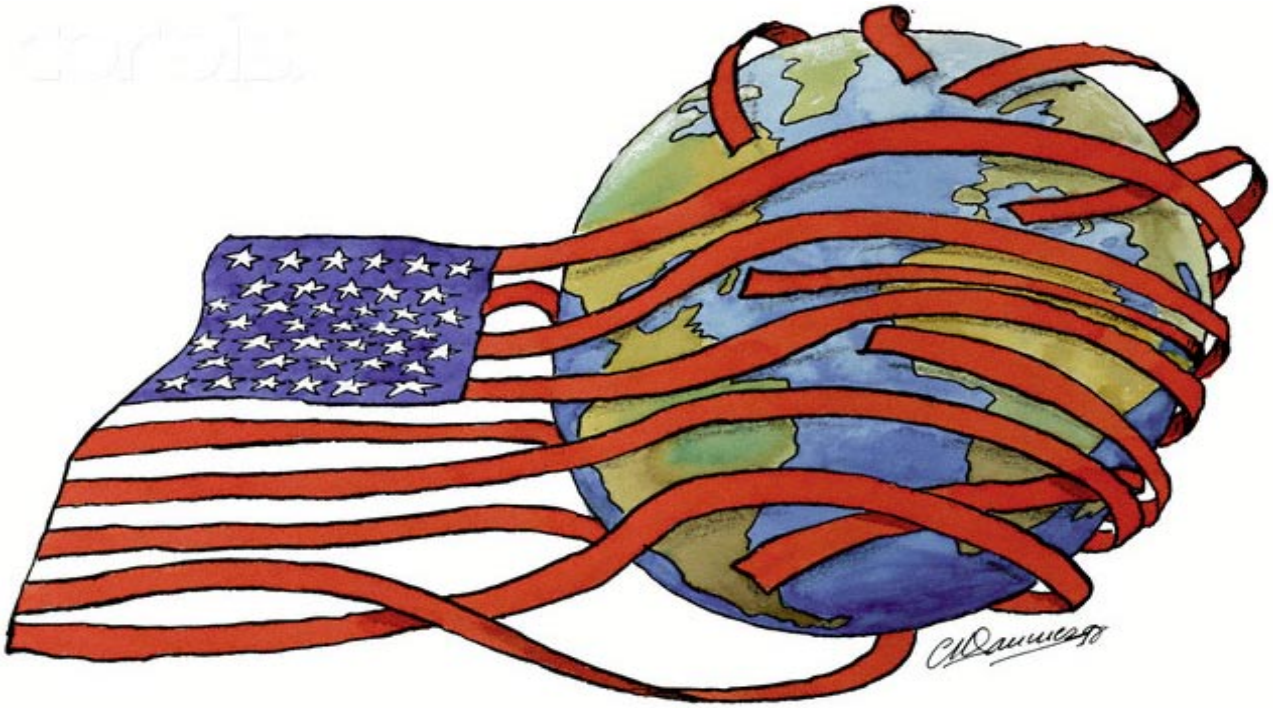
Reagrupamento Revolucionário

Ano VII | Segundo semestre de 2017 | Nº10



O imperialismo americano estica suas garras

Defender a Síria, China e Coreia do Norte! Para garantir a paz, lutar pela revolução socialista internacional!

Abril de 2017

Em 6 de abril, Trump realizou um ataque com mísseis contra uma base militar síria. Trata-se do primeiro ataque americano contra um alvo do governo sírio, dado que, até o momento, os Estados Unidos vinham realizando bombardeios apenas contra alvos do grupo fundamentalista Estado Islâmico. A decisão de Trump se deu após afirmações do serviço secreto americano, rapidamente repercutidas pelas grandes empresas de mídia mundo afora, de que o governo Assad seria o responsável por um ataque com gases químicos que matou cerca de 80 pessoas na província de Idlib – responsabilidade essa que o governo sírio nega, culpando a oposição armada a seu regime. Embora seja impossível saber no momento qual afirmação é a verdadeira, os imperialistas são especialistas em inventar desculpas para justificar ataques e empreitadas militares em outros países – lembremos das inexistentes "armas de destruição em massa" do Iraque.

Os argumentos de Trump são puro cinismo. Ele afirma que a razão dos ataques foi a morte de civis (especialmente de crianças) em razão do ataque químico. Porém, Trump não menciona (assim como não o faz a grande mídia burguesa americana) as centenas de milhares de vítimas civis dos bombardeios dos EUA na Síria e em outros países, da morte causada por veículos não tripulados, nem do financiamento e provisão de armas que o governo (desde a gestão Obama) tem dado a combatentes que lutam contra o governo sírio, os quais também cometem inúmeras atrocidades – inclusive contra crianças. Acima de tudo, Trump teria que explicar como a sua "compaixão" pelo povo sírio pode ser verdadeira diante de sua decisão (vetada por alguns tribunais federais dos EUA) de banir por completo a aceitação de refugiados sírios no país. Aparentemente, Trump não se importa tanto assim com a morte e o sofrimento de inocentes.

Os objetivos do governo americano por trás desse ataque são múltiplos. A possibilidade de uma guerra de invasão contra a Síria aquece ainda mais o complexo armamentista americano, o maior do mundo; Trump também tem a possibilidade de silenciar o dissenso interno, visto que os principais representantes do Partido Democrata apoiarão entusiasmados qualquer investida sua contra a Síria ou contra a Rússia (como já deixou claro a candidata derrotada Hillary Clinton); o novo presidente busca também se dissociar da imagem de colaborador de Putin (importante aliado de Assad), a quem elogiou diversas vezes durante a corrida presidencial. E todos esses fatores se somam à razão principal da presença americana no Oriente Médio: garantir sua supremacia econômica e militar, buscando aliados confiáveis e minando poderes regionais, especialmente o russo e o chinês.

Não é possível saber ainda se o ataque à Síria foi apenas um ato "publicitário" ou se Trump está alterando a estratégia dos EUA para o país – até o momento, muito mais voltada para destruir o Estado Islâmico do que para derrubar Assad (para o que falta, em grande parte, aliados locais poderosos e de confiança). Suas recentes declarações sobre o tema, bem com as de diplomatas dos EUA, têm sido confusionistas. Mas de uma forma ou de outra, esse caso mostra o perigo das maquinações imperialistas dos EUA, que vem aumentando perigosamente as tensões entre diferentes potências. Desde a década de 1980, com ousadas ações da "Guerra nas Estrelas" de Ronald Reagan contra a então URSS, o mundo não prendia a respiração de tal forma.

Nestes primeiros meses de governo, Trump tem demonstrado que sua política externa seguirá a linha de não aceitar a gradual decadência americana na balança internacional de forças. Isso faz cair por completo o seu discurso "isolacionista" feito durante a corrida eleitoral, no qual demagogicamente criticou o envolvimento americano em guerras e provocações para angariar votos de Clinton. Por mais que, no plano diplomático, Trump ultimamente venha mantendo um tom mais ameno em relação à Rússia e à China (os principais competidores dos EUA na arena internacional) e, por mais que venha inclusive mantendo canais diplomáticos mais próximos com os governantes desses dois países, os interesses dos grandes capitais imperialistas dos EUA são incompatíveis com uma convivência harmônica com essas potências regionais. Por conta disso, não há que duvidar que, assim como Obama, Trump dará continuidade às guerras e à postura ofensiva contra esses dois países em especial.

A manutenção dessa ofensiva internacional, cujo objetivo é garantir a superioridade do imperialismo dos EUA, pode ser vista no fato de que, logo nos primeiros momentos de sua gestão, Trump anunciou a inauguração de um projeto militar conjunto com a Coreia do Sul, o THAAD (Terminal de Defesa Aérea para Grandes Altitudes) – um sistema para lançamentos de mísseis, supostamente para interceptação de ataques da Coreia do Norte. Além do THAAD, Trump também anunciou a realização de treinamentos militares conjuntos com a Coreia do Sul e, nas últimas semanas, vem realizado uma escalada de hostilidades contra a Coreia do Norte, não apenas através de declarações agressivas, mas também do envio para os mares da península coreana de uma poderosa frota, encabeçada pelo porta-aviões USS Carl Vinson.

Ao que tudo indica, as movimentações na península coreana não se destinam apenas contra a Coreia do Norte, dado que especialistas tem afirmado que o THAAD é capaz de "muito mais" do que a mera intercepção de ataques. Nesse sentido, mesmo os burocratas do Partido Comunista Chinês, que tem realizado inúmeras capitulações à diplomacia americana nos últimos anos, reconheceram a ameaça potencial a seu país e, em represália, fecharam todas as operações da principal empresa sul-coreana instalada na China – a rede de supermercados LOTTE. O receio é mais do que justificado. Ainda nos primeiros dias de mandato, Trump sinalizou um aumento de impostos sobre os produtos chineses; seu Secretário de Estado (e milionário ex CEO da ExxonMobil), Rex Tillerson, declarou ser favorável a uma política militar agressiva contra a China em relação às ilhas em disputa no Mar do Sul da China; e o reacionário Steve Bannon, Estrategista Chefe e braço-direito de Trump, declarou ser provável que, em alguns poucos anos, os EUA entrem em guerra com esse país.

Ante esse tenso cenário, os socialistas revolucionários devem ser posicionar contra todas as investidas da potência imperialista dos EUA e seus aliados e Estados clientes contra soberanias de outras nações. Todos os seus argumentos "humanitários" são profundamente demagógicos – tais investidas só tem o interesse de salvaguardar os interesses econômicos e políticos da classe dominante americana, ao custo da exploração dos povos oprimidos e da classe trabalhadora internacional. É imprescindível que se organizem os trabalhadores dos centros imperialistas para realizarem protestos de rua, greves, piquetes e ocupações contra a ação dos exércitos das "suas" burguesias, para evitar a morte de inocentes (como os 200 mil civis iraquianos mortos com a ocupação dos EUA nesse país) e para impedir a subjugação de povos oprimidos e o

Índice

O imperialismo americano estica suas garras **[p. 01]**
Os ataques da burguesia aos trabalhadores **[p. 04]**
Balanço da "greve geral" de 28 de abril **[p. 08]**
O novo giro do PSTU diante da crise brasileira **[p. 13]**
A resposta da esquerda dos EUA a Trump **[p. 27]**
Venezuela em chamas **[p. 34]**

Reagrupamento Revolucionário

Site: rr4i.org
Email: rr-4i@krutt.org
Facebook: facebook.com/reagrupamento

fortalecimento da classe dominante "em casa" – a qual, se vitoriosa, se sentiria mais confortável para "apertar os cintos" e atacar o proletariado. O mesmo deve ser feito na periferia capitalista, independentemente da participação ou não de um país em particular nas investidas militares. Essas ações, porém, não devem conter um víes "pacifista". Os socialistas revolucionários, ao mesmo tempo em que devem lutar para impedir as guerras imperialistas, devem também ser favoráveis ao legítimo direito de defesa dos países oprimidos, e tomar o lado militar dos setores que resistirem às investidas, mesmo se forem setores das burguesias locais. Sem incluir essas posições, qualquer internacionalismo não passará de palavras ao vento.

Na emaranhada guerra civil que tem devastado a Síria há quase 6 anos, nós temos nos pronunciado sistematicamente contra toda a investida americana: o financiamento de certos grupos combatentes dentro do Exército Livre Sírio, os bombardeios contra o Estado Islâmico e as ameaças de ataque ao governo sírio. A Síria é uma nação oprimida pelo imperialismo. Apesar de não termos nenhuma simpatia e não darmos nenhum apoio político ao tirano Assad, nos confrontos com os grupos de combatentes armados e treinados pelos EUA dentro da oposição (suas "tropas terrestres"), tomamos o lado militar do governo sírio, pois a derrota e a expulsão dos imperialistas do Oriente Médio é uma prioridade máxima. Na eventualidade de uma guerra direta dos EUA contra a Síria, também temos um lado: contra os imperialistas e seus aliados. Isso não significa nenhum apoio às atrocidades e desrespeitos aos direitos humanos do governo sírio. Desejamos que os trabalhadores sírios derrubem Assad e estabeleçam seu próprio poder. Ao mesmo tempo, quando o que se coloca no período imediato é um confronto entre um país subjugado e outro opressor, aqueles que defendem o socialismo não podem ser neutros.

Assim como não vemos em Assad um "anti-imperialista", e menos ainda um aliado da classe trabalhadora local, também não vemos o reacionário Putin e as ações militares russas na Síria como "anti-imperialistas" ou "progressivas". Por mais que essas ações certamente estejam vinculadas a uma tentativa da Rússia em se fortalecer em resposta ao crescente cerco imperialista dos EUA a esse país, não podemos esquecer que elas são também uma defesa dos interesses da oligárquica burguesia surgida da restauração capitalista na antiga URSS, a qual tem no regime da família Assad um importante cliente da sua indústria bélica, e a qual tem investimentos diretos no país, como a bilionária construção de um trecho do Gasoduto Árabe por uma subsidiária da Gazprom.

No que tange a China e a Coreia do Norte, diferentemente de muitos supostos trotskistas, nós encaramos que continuam sendo Estados operários deformados e estamos igualmente pela sua defesa militar contra toda e qualquer ameaça e investida dos EUA, que quer transformá-las novamente em colônias. Isso não significa que damos qualquer apoio político aos governos de tais países. A vitória revolucionária de exércitos

Daily Mail

Exercício militar conjunto dos EUA e Coreia do Sul: constante ameaça à soberania da Coreia do Norte.

camponeses na China e na Coreia do Norte após a Segunda Guerra Mundial levou à expropriação da classe capitalista, mas conduziu ao poder uma burocracia privilegiada, que privou os trabalhadores do poder político direto, impedindo a consolidação de uma democracia proletária. Dessa forma, deformou profundamente a economia e o sistema político desses países. Não há espaço para descrever aqui todas as traições e desastres causados pelas burocracias que os dirigem. Porém, a expropriação da classe burguesa é uma conquista que deve ser defendida e os socialistas revolucionários não podem ficar neutros no confronto desses países com o "maior inimigo dos povos" – o imperialismo. Ao mesmo tempo, não abandonamos em nenhum momento nosso programa que aponta a necessidade de uma revolução política proletária contra tais regimes burocráticos, a luta pelas liberdades políticas para a classe trabalhadora e seus partidos socialistas, pela queda dos privilégios dos burocratas e a plena reorganização da economia sob o controle de órgãos de poder democráticos dos trabalhadores (sovietes).

O momento político internacional é da mais aguda instabilidade. Não há possibilidade de uma posição "revolucionária" que não tome a defesa das nações oprimidas e dos Estados operários deformados remanescentes. Mas além dessa tarefa política, só há um caminho para uma paz garantida: o desarmamento da burguesia imperialista e mundial por meio da revolução socialista. São os interesses predatórios dos capitalistas, abastecidos com ódio racial, nacional ou religioso, que causam todas as principais guerras pelo mundo. Os trabalhadores têm um interesse objetivo na colaboração de todos os povos para o desenvolvimento das forças produtivas, da cultura e da ciência, para benefício da grande maioria. Uma economia mundial planejada democraticamente permitiria acabar com as guerras, a fome, o desemprego em massa e a insegurança de milhões de seres humanos num período relativamente curto. Mas para que isso seja possível, não há caminho "pacífico": é necessário arrancar do poder os Estados que servem aos capitalistas, que querem acima de tudo defender seus poderes e privilégios. É nessa luta de classes que os trabalhadores devem se engajar politicamente, para construir uma organização capaz

preparar tão breve quanto possível a transição a uma sociedade socialista. Conforme apontaram os marxistas revolucionários no início da Segunda Grande Guerra:

> *"O mundo capitalista já não tem saída, a menos que se considere 'saída' a uma agonia prolongada. É necessário preparar-se para longos anos, senão décadas, de guerras, insurreições, breves intervalos de trégua, novas guerras e novas insurreições. Um partido revolucionário jovem tem que apoiar-se nesta perspectiva. A história lhe dará suficientes oportunidades de provar-se, acumular experiência e amadurecer. Quanto mais rapidamente se unifique a vanguarda mais breve será a etapa das convulsões sangrentas, menor a destruição que sofrerá nosso planeta. Mas o grande problema histórico não se resolverá, de nenhuma maneira, até que um partido revolucionário se ponha à frente do proletariado. O problema dos ritmos e dos intervalos é de enorme importância, mas não altera a perspectiva histórica geral nem a orientação da nossa política. A conclusão é simples: há que se levar adiante a tarefa de organizar e educar a vanguarda proletária com uma energia multiplicada por dez. Este é precisamente o objetivo da Quarta Internacional."*
> ***– Manifesto da IV Internacional Sobre a Guerra Imperialista e a Revolução Proletária Mundial, maio de 1940.***

LEIA TAMBÉM

– *Guerra civil síria, Estado Islâmico e a batalha por Kobane – Defender a Síria contra o imperialismo! Por um polo proletário independente!*, janeiro de 2016: tinyurl.com/y84qlyc7
– *A Morte de Kim Jong-Il e o Futuro da Coréia do Norte*, fevereiro de 2012: tinyurl.com/y7vsbg2g
– *Capitalismo em um Estado Operário Deformado – China: Rumo ao Abismo*, Tendência Bolchevique Internacional, 2004 (Arquivo Histórico): tinyurl.com/yawhh9j7

Terceirização irrestrita e "reformas" trabalhista e da previdência

Os ataques da burguesia aos trabalhadores

Por Pablo Pedrosa, junho de 2017 .

Logo no início do ano, o golpista Michel Temer anunciou como prioridade uma série de medidas "antipopulares" (leia-se, de ataque à população). As principais delas eram a legalização da terceirização irrestrita e as "reformas" (na verdade, *contrarreformas*) trabalhista e da previdência. Com o apoio de boa parte dos parlamentares, conivência da justiça, apelo na mídia e a ânsia da burguesia brasileira, o golpista quase não enfrentou dificuldades entre os meios "oficiais" para levar adiante seus ataques.

Mas entre a população fica evidente o total desprezo pelo governo que, prometendo uma "Ponte para o Futuro", revela na verdade um futuro de pouca perspectiva, um presente de penúria e a impressão de estarmos voltando ao passado em que direitos básicos são ilusões utópicas. Nesse quadro, apesar da grande unidade da burguesia ao redor dos ataques que o governo deseja aprovar, o receio dos parlamentares em aprovarem medidas tão impopulares às vésperas das eleições de 2018 tem criado dificuldades para os golpistas e atrasado seu cronograma. Com as

recentes, ainda que limitadas, mostras de resistência (em especial a greve nacional do dia 28 de abril) e a crise institucional aberta com os grampos do presidente da JBS, há oportunidade para enterrarmos de vez esses ataques.

Um ataque completa o outro

Quem toma as medidas de Temer como "simples" propostas liberais – facilitando a vida dos "empreendedores", ao rebaixar salários e direitos, e reduzindo o suposto "rombo" previdenciário para "ajustar as contas" – não leva em conta que o que a burguesia pretende é uma grande "limpeza de estorvos" que interferem na obtenção de ainda mais lucros.

Tida como uma forma de "modernizar" as relações trabalhistas e tornar a economia mais dinâmica, o que a já aprovada terceirização irrestrita de fato visa é a completa submissão dos trabalhadores aos patrões. Os trabalhadores terceirizados poderão trabalhar por até nove meses em uma empresa na condição de temporários; uma mesma empresa poderá contratar prestadoras de serviço diferentes para executar uma mesma função, o que permitirá que trabalhadores com o mesmo cargo recebam salários e trabalhem em regimes diferentes; trabalhadores terceirizados estão menos organizados, portanto mais sujeitos aos ataques dos patrões; com muitos trabalhando "com a corda no pescoço", exigir seus direitos em casos de não cumprimento do contrato ou mesmo ser sindicalizado pode resultar em fácil demissão (não à toa, Temer também visa acabar com a multa cobrada por demissões pelas empresas); caso a empresa terceirizada não pague os salários, a empresa contratante terá menos obrigações legais de fazê-lo (com a nova lei, apenas em caso de falência da primeira). Apesar do que dizem os golpistas, a terceirização não é nada boa para os proletários: os trabalhadores terceirizados recebem um salário em média 24,7% menor, com jornadas de trabalho 7,5% maiores que o efetivado da empresa; sua taxa de "rotatividade" é de 53,5%, e 70% dos acidentes de trabalho ocorrem entre esse tipo de trabalhador.

Por sua vez, a "reforma" trabalhista, que o governo tem corrido para tentar aprovar, irá flexibilizar uma série de direitos conquistados com muita luta e hoje inscritos na CLT. Serão criadas novas modalidades de trabalho, como a "intermitente" (trabalho por jornada / banco de horas, sem horários fixos) e o "teletrabalho" (realizado em casa); o limite máximo de jornada passará a ser de 12 horas por dia e 48 horas por semana; as férias poderão ser fracionadas em até três "parcelas"; e a negociação coletiva passará a ter validade por cima da lei em uma série de pontos, prevalecendo o "negociado" sobre o "legislado". A soma dessa "reforma" com a já aprovada terceirização irrestrita, que é inclusive reforçada no projeto de lei, significará um aprofundamento na precarização do trabalho, fragilizando ainda mais os trabalhadores diante dos patrões, que terão muito mais margem legal para realizar uma série de arbitrariedades e aprofundar aquelas já que realizam hoje à margem da lei.

Claramente os golpistas querem jogar a conta da crise nas costas dos trabalhadores a qualquer custo, retirando os mínimos direitos que nos restam. Quem certamente será mais afetado por essas mudanças serão as mulheres e os negros, que estão na camada mais explorada da classe trabalhadora brasileira, recebendo os menores salários e trabalhando sob as piores condições. Contra essas medidas, é fundamental que os trabalhadores se organizem em torno de bandeiras como ***salário igual para trabalho igual***, de forma a acabar com a desigualdade entre terceirizados e efetivos, brancos e negros, homens e mulheres, e ***efetivação dos terceirizados pelas empresas contratantes, com isonomia salarial e de direitos***, como forma de enterrar essa forma de precarização da mão de obra. Os sindicatos dos trabalhadores das empresas contratantes devem abrir suas portas para as demandas dos terceirizados e buscar organiza-los, já que muitas vezes os sindicatos deles não passam de órgãos patronais, que até mesmo denunciam aqueles trabalhadores que "ousam" reclamar. Apenas com uma unidade entre todos os trabalhadores será possível barrar esses ataques e avançarmos por mais.

A "reforma" da previdência é a que os golpistas tem tido mais dificuldade de aprovar, tanto que agora, diante da crise institucional, Temer já cogita dividi-la em vários decretos / medidas provisórias, para facilitar seu encaminhamento. Sob a desculpa de que as contas públicas "não fecham" e que há um "rombo crescente" no fundo previdenciário, a camarilha de corruptos a serviço dos patrões busca tornar a aposentadoria um sonho quase irrealizável. Como se já não bastasse o valor medíocre pago atualmente, um dos pontos dessa "reforma" visa justamente a redução do valor pago aos aposentados e pensionistas, porque, com a proposta apresentada, o trabalhador se aposentaria com o valor médio dos seus salários durante o período em que contribuiu. A isso se soma regras para aumentar o tempo de trabalho até a aposentadoria, chegando ao absurdo de que a nova média de idade ficaria acima da expectativa de vida de muitos lugares do país.

Com manipulações em cálculos, os defensores dessa "reforma" ignoram receitas que entram na previdência, como a contribuição paga pelo empregador (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social / Cofins e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido / CSLL), e também o uso indevido do fundo previdenciário para "tapar buracos" de outros setores e resgatar empresas falidas, cujas dívidas bilionárias com o INSS (o não-repasse de sua parte da contribuição previdenciária), curiosamente, também ficaram de fora da matemática dos golpistas. Assim, o governo dissemina um discurso mentiroso para se isentar de uma obrigação constitucional de arcar com possíveis insuficiências da previdência (que hoje, na verdade, sequer existem), mais uma vez enganando os trabalhadores para que estes paguem pelos rombos causados pelos capitalistas.

Contra esse absurdo, é fundamental que os trabalhadores demandem a ***forte taxação dos lucros e***

fortunas, para bancar a previdência e serviços sociais (saúde, educação, moradia, transporte); a ***cobrança imediata do calote milhardário das empresas*** em relação a contribuição patronal ao INSS, expropriando aquelas empresas que se recusarem; a ***suspensão imediata da dívida pública***, que hoje é um dos principais "sugadores" do dinheiro estatal, incluindo o que deveria ir para a previdência; a ***estatização das empresas de previdência privada***, que são um dos principais beneficiados por detrás dessa "reforma"; e a ***estatização das empresas falidas e/ou que pedem auxílio financeiro estatal para funcionarem***, sugando dinheiro que deveria ir para melhorar a vida dos trabalhadores.

Um ataque brutal à juventude e aos idosos

Boa parte dos jovens da classe trabalhadora hoje está desempregada e, quando consegue um emprego, vê-se subjugada à condição de "temporário", sob regimes de trabalho humilhantes e sem qualquer perspectiva de mudança no período próximo. Com a legalização da terceirização irrestrita e a aprovação da "reforma" trabalhista, essa tendência deve se intensificar com cada vez menos vagas sendo ocupadas por funcionários efetivos e tornando o emprego "sazonal" quase uma regra entre este setor.

Já a "reforma" previdenciária não atinge somente os trabalhadores mais velhos. Tendo que contribuir por mais tempo, um assustador contingente de milhões de trabalhadores será forçado a manter-se em seus cargos, exaustos, até alcançarem a idade mínima de 65 anos com os absurdos 49 anos de contribuição para poderem aposentar-se com o valor integral, o que tirará ainda mais vagas da juventude que aguarda sua oportunidade de entrar no mercado de trabalho.

Hoje a terceirização representa a redução constante de salários, já que com a ameaça de desemprego batendo à porta, o trabalhador estará sujeito a vagas com remuneração irrisória. Amanhã, isto vai significar uma aposentadoria incapaz de suprir as necessidades básicas de uma pessoa.

Na atual conjuntura, o desemprego é uma ameaça constante, isso pra quem já não sofre com ele cotidianamente. Para o jovem, períodos que passam desempregados representam uma distância cada vez maior da aposentadoria; para os trabalhadores de idade avançada, o desemprego se torna uma ameaça fatal, pois que empregador vai abrir espaço para alguém cansado depois de décadas de trabalho, com problemas de saúde e sem vigor físico? Lembrando que o projeto de contrarreforma pretendido por Temer sequer leva em consideração os trabalhadores cuja profissão demanda alto risco, exige grande esforço físico ou é estressante, por exemplo. Num primeiro momento, Temer e seus aliados pouparam apenas os militares e, é claro, a si mesmos. Porém, desde então, algumas mudanças têm sido feitas no projeto de lei, para torná-lo mais "palatável", dada a dificuldade que tem sido conseguir a maioria necessária para a aprovação; nisso, professores e trabalhadores rurais também passaram a ter um regime diferenciado no projeto, dentre algumas mudanças que, apesar de diminuir um pouco a intensidade do ataque, em nada (ou em muito pouco) ajudariam a grande maioria da população.

Diante esse quadro, é fundamental que o movimento dos trabalhadores busque ***integrar em suas fileiras seus irmãos desempregados***, organizando, a partir de comitês de luta e/ou sindicatos, núcleos de desempregados que atuem em solidariedade às suas lutas contra esses ataques e se mobilizem em torno de bandeiras como a de ***redução da jornada de trabalho sem redução de salários***, para que haja mais empregos, além de lutarem para ***que sejam os próprios trabalhadores que cuidem das contratações***, como forma de garantir um elo forte entre os novos empregados e o movimento organizado, evitar contratação de fura-greves durante as lutas etc.

Um ataque brutal às mulheres

As mulheres serão algumas das principais vítimas das medidas de Temer, maior ainda será o ataque à mulher negra. Hoje as mulheres recebem um salário, em média, 27% menor que o pago aos homens, sendo que a mulher negra recebe, em média, 40% menos que um homem branco. Hoje as mulheres são a maior parte dos terceirizados no Brasil, em especial a mulher negra, que está sujeita aos piores empregos, o que terá efeitos sobre sua aposentadoria.

Na sociedade patriarcal, a mulher está sujeita à dupla, tripla, quádrupla jornada caso necessário, isto porque o cuidado doméstico e com os filhos ainda são vistos como uma tarefa feminina. Com uma retração constante em suas condições de vida, a mulher trabalhadora vê-se forçada a levantar ainda pela madrugada, deixar prontos parte dos afazeres e os filhos e seguir para uma rotina exaustiva de trabalho "fora" de casa, frequentemente em funções informais, sem direitos garantidos – nem mesmo a salário, como no caso das revendedoras porta a porta. Como se não bastasse, esse trabalho fora se multiplica em vários "bicos". Uma das propostas de ataques é de justamente regularizar que o patrão contrate "por jornada", devendo o trabalhador ou trabalhadora estar disponível às suas necessidades.

Novamente, serão as mulheres trabalhadoras as que ocuparão majoritariamente os trabalhos informais, normalmente os mais precários, tanto em direitos, quanto na remuneração. Esse quadro é ainda mais drástico para aquelas tantas trabalhadoras que sustentam sozinhas tanto sua casa quanto seus filhos, com pouca ou nenhuma ajuda paterna e do restante da família. Apesar disso, as contrarreformas de Temer representam um retrocesso e ainda maior exploração feminina, uma vez que a idade para aposentadoria das mulheres será igualada à dos homens, ignorando a carga de trabalho não remunerado que é descarregada sobre a mulher, empregada ou não, todos os dias. E como se não bastasse, o acesso às pensões por morte será dificultado e o valor reduzido drasticamente. Agora o conjugue (na maioria dos casos, a esposa) terá direito a 50% do valor mais 10% de acordo

com os dependentes, isto é, as famílias dos trabalhadores serão privadas de metade daquilo que seus entes falecidos trabalharam para conquistar ao longo de suas vidas. E pra terminar a série de ataques contra a mulher, o governo ainda permitirá que gestantes ou lactantes trabalhem em ambientes considerados insalubres.

Além das demandas já apresentadas, como a de salário igual para trabalho igual, também é fundamental que o movimento dos trabalhadores lute ***pela socialização do trabalho doméstico***, de forma que sejam criadas lavanderias, restaurantes, creches e escolas públicas, gratuitas, de qualidade e ***que atendam à demanda existente***. Apenas assim as mulheres serão liberadas da escravidão do lar. Também é fundamental que os trabalhadores encampem demandas por medidas de proteção à saúde e à vida das mulheres, em especial a de ***distribuição gratuita de contraceptivos, campanhas públicas de educação sexual e, principalmente, direito a aborto legal, seguro e gratuito.***

É preciso uma frente de lutas contra os ataques

Temos visto que os trabalhadores sentem a necessidade de barrar estas ameaças a direitos históricos alcançados depois da luta de várias gerações, e estão dispostos a se mobilizarem. Em 15 de março, num dia de paralisações e protestos pelo Brasil, mostramos que somos milhões a gritar em um só coro, que diz **NÃO**aos ataques dos golpistas; antes dele, no dia 8 de março, não foi diferente, com as mulheres, incluindo muitas trabalhadoras, mostrando seu grito de basta aos ataques do congresso de burgueses e misóginos. Mais significativo ainda foi o 28 de abril, que tudo indica ter sido a paralisação nacional mais forte que o país já teve, parando algo entre 35 e 40 milhões de trabalhadores.

Embora tenham convocado esses dias de paralisações, as centrais sindicais tiveram um papel central no controle da radicalidade popular, limitando-a a algumas paralisações por tempo restrito, e sem preparar um combate permanente contra os ataques do governo. Em vez de apostarem na disposição de luta demonstrada, enrolaram para marcar novas paralisações, dando intervalos de mais de um mês para os golpistas e patrões articularem seu contra-ataque.

As burocracias no controle das centrais sindicais não são um bloco homogêneo, cada uma tem seu motivo para buscar frear a luta do proletariado. Existem aquelas como, a Força Sindical, a UGT e a NCST, que são coniventes com os ataques, estando dispostas a negociar passividade em troca da manutenção do imposto sindical que sustenta seus burocratas (sua suspensão está prevista na "reforma trabalhista"). Por outro lado, a CUT e a CTB, mantendo sua tradição traidora cultivada nos 13 anos do governo de colaboração de classes liderado pelo PT, fazem coro à tentativa petista de emplacar a candidatura do ex-presidente Lula em 2018, reduzindo a luta do povo a um grande palanque eleitoral para o candidato, que certamente dará seguimento aos ataques, ainda que talvez em menor ritmo/intensidade (como já havia feito Dilma). Apesar de suas diferenças, todas têm dado ao governo golpista tempo para negociar os ataques e aprová-los. É por isso que, após o 28 de abril, se limitaram a chamar uma "marcha à Brasília", que deixou o restante do país desmobilizado e que não afetou os patrões. Apenas agora, mais de um mês depois, cogitam chamar um novo dia nacional de greve, para o fim de junho (ou seja, dois meses depois!).

Nesse cenário, de covardia e paralisia intencional, os órgãos não-lulistas não tem se mostrado à altura das tarefas colocadas. A CSP-Conlutas (liderada pelo PSTU), por exemplo, não tem feito nenhuma denúncia séria e sistemática do papel dessas centrais, o que permitiria enfraquecer o poder político de suas lideranças burocráticas e trazer para a luta uma grande massa de trabalhadores. A Frente Povo Sem Medo (MTST e PSOL) também não busca cumprir tal papel, indo a reboque da lulista Frente Brasil Popular (PT e PCdoB). Já as pequenas organizações que reivindicam o socialismo revolucionário (MRT/Esquerda Diário, MAIS, NOS etc. – organizadas na Frente de Esquerda Socialista), em vez de se colocarem à serviço da construção de uma alternativa de mobilização, comemoraram com entusiasmo acrítico medidas como a "marcha à Brasília", como se fosse algo realmente capaz de auxiliar na luta aos ataques, e seguem passivos as burocracias sindicais, no máximo fazendo apelos "a frio" para que mobilizem mais. Ademais, apesar de recentemente der dado início a construção de núcleos locais de mobilização em alguns locais, essa Frente de Esquerda Socialista é muito mais um bloco de propaganda entre pequenos grupos que buscam se unir para aumentarem seu impacto às custas de um rebaixamento de seus programas, do que um órgão que organize e busque expandir as lutas.

É preciso sairmos da defensiva, e não basta clamar para manter direitos ameaçados: **é preciso exigir que os capitalistas paguem pela crise!** É tarefa urgente dos revolucionários mobilizar as bases em seus locais de trabalho, não apenas pressionar (como fazem os centristas), mas também semear a mais profunda desconfiança e denunciar as burocracias sindicais, de forma a romper as ilusões do proletariado com as mesmas. E também mostrar à classe trabalhadora que apelos à justiça sobre a inconstitucionalidade das reformas não são alternativas, pois o judiciário faz parte das engrenagens do golpe e está

HuffPost Brasil

Ato da "greve geral" de 30/06, em São Paulo: uma importante demonstração de força, que precisa ser retomada com urgência.

de mãos dados ao governo pela aprovação dos ataques. A perspectiva que deve nortear a mobilização é a de ***greve geral por tempo indeterminado até que caiam todos os ataques*** – uma greve que, se ocorrer, irá inverter a correlação de forças desfavorável e nos permitir arrancar conquistas aos patrões. Mas para isso, é fundamental organizar desde já uma ***frente nacional de lutas / frente única***, que aglutine as organizações políticas / partidos, entidades sindicais e movimentos sociais dispostos a coordenarem ações conjuntas contra os ataques, como manifestações e greves, buscando expandi-las até se tornarem uma poderosa força nacional e criar, assim, o terreno propício para uma greve geral.

Numa frente como essa, nós do **Reagrupamento Revolucionário** defenderíamos não só as demandas aqui apresentadas – que são reivindicações mínimas que a classe trabalhadora deve fazer para não ver suas condições de sobrevivência ainda mais deterioradas – como também a perspectiva de fundo de um ***governo revolucionário dos trabalhadores***, contra as perspectivas circunscritas à institucionalidade burguesa que a maioria vem defendendo (Diretas Já / Eleições Gerais; Assembleia Constituinte).

LEIA TAMBÉM

- *28 de abril: o que foi e como impedir que tenha sido em vão*, maio de 2017: pg. 08 desta edição
- *Estratégia revolucionária versus ilusões na institucionalidade burguesa. A esquerda ante a crise brasileira*, março de 2017: http://tinyurl.com/ydgn5tl4
- *A crise política brasileira e a necessidade de um programa classista e revolucionário*, fevereiro de 2017: http://tinyurl.com/y9lblyd3

28 de abril: o que foi e como impedir que tenha sido em vão

Maio de 2017 .

HuffPost Brasil

O dia 28 de abril no Brasil foi significativo como o dia em que a classe trabalhadora entrou em ação com seus métodos históricos de luta (paralisações, piquetes, bloqueios de rodovia) audaciosamente contra a onda de ataques de Temer e do Congresso ("Reforma trabalhista", "Reforma da Previdência" e lei da terceirização). A lista das categorias paralisadas é impressionante: muitos setores industriais, do transporte, do comércio e de serviços básicos cruzaram os braços e saíram às ruas **[1]**. Segundo estimativas gerais, no mínimo 30 milhões teriam deixado de trabalhar (a CUT diz 35mi, a Força Sindical 40mi). E, por mais que os dados ainda estejam muito incompletos, seguramente muito mais de um milhão tomou as ruas em todo o país, incluindo todas as capitais. Diante disso, surge a oportunidade de derrotar os ataques da classe dominante contra os trabalhadores, e que estes emerjam como fator político no vácuo de poder ("crise de representatividade") que vive o país, espaço que até então vinha sendo ocupado apenas pela direita organizada e aspirantes a "salvador da pátria" **[2]**.

Em primeiro lugar, é preciso evitar a euforia incontida. Afirmações de que o dia 28 foi "histórico" e "uma grande vitória" obscurecem o fato de que as reformas seguem em andamento. Não houve, por enquanto, nenhuma vitória decisiva. A **CUT** e a **CTB** buscarão alardear uma "vitória" porque seu objetivo é ganhar capital eleitoral para o pleito de 2018 (em que apoiarão o PT), ao passo que outras centrais (como **Força Sindical**) buscarão serem recebidos na mesa de negociação dos golpistas, já tendo declarado estarem dispostas a aceitar parte dos ataques, em troca da manutenção do imposto sindical **[3]**. Os trabalhadores, por outro lado, devem ser muito mais austeros em seus balanços. Isso não significa que o dia 28 não deixou a burguesia e os poderosos de cabelo em pé. Na última hora, os representantes da classe dominante se desesperaram e passaram a fazer de tudo para caluniar e

e atacar as ações de massa do proletariado **[4]**. A repressão que se desencadeou contra muitos protestos foi feroz, produzindo diversos feridos (alguns gravemente, como Mateus Ferreira, em Goiás). No Rio de Janeiro, a PM e Força Nacional impediram brutalmente tanto a realização da manifestação, quanto do "ato-show" da CUT e CTB, ambos no centro da cidade. Já em São Paulo, três militantes do MTST foram presos e mantidos em um presídio por 8 dias. **[5]**

O dia 28 de abril não foi, apesar de seu importante significado, uma "greve geral", como chamou a maior parte da esquerda. Foi planejado para durar apenas um dia e, como os próprios burocratas sindicais sabem muito bem, isso não é o suficiente para derrotar os ataques. Foi, isso sim, um dia de intensos protestos, atos e paralisações de categorias. Todavia, apesar de ter sido decidido em uma reunião de cúpula das centrais sindicais, o dia 28 de abril foi muito além do que esperavam (e do que organizaram) as burocracias que as dirigem, por conta de dois fatores: (1) a adesão espontânea e semi-espontânea de trabalhadores às lutas e paralisações do dia; e (2) a realização de ações de massa por iniciativa de outros grupos políticos e movimentos sociais que não as centrais.

Uma mobilização que ultrapassou em muito a iniciativa das burocracias sindicais

No primeiro caso, estamos falando da adesão à paralisação que se deu sem ter sido ativamente construída pelos sindicatos (por conta de suas direções). Tomemos, por exemplo, a paralisação nas cinco maiores montadoras do ABC paulista. O jornal *O Globo* registrou que a paralisação teve intensa adesão *apesar do fato* de que nenhum piquete foi organizado na porta das fábricas e que, por isso mesmo, os fura-greves puderam ir trabalhar sem dificuldade **[6]**. O mesmo pode se dizer de sindicatos ainda menos combativos, como os de profissionais de educação da rede privada ou dos rodoviários no Rio de Janeiro, onde, apesar de estes sindicatos terem declarado apoio ao movimento, não houve ações concretas para viabilizar uma paralisação. E, entretanto, diversas linhas de ônibus e professores aderiram, muitas vezes individualmente, à paralisação **[7]**. O mesmo ocorreu com muitos trabalhadores do comércio, que aderiram de forma semi-espontânea ao movimento **[8]** (ao ter tomado conhecimento do mesmo pelas redes sociais ou por colegas, sem que isso tenha partido de uma postura ativa do sindicato). Isso gerou uma desigualdade muito grande no nível de força do movimento, não apenas de categoria para categoria, mas também de cidade para cidade ou mesmo entre um bairro e outro. Não houve uma unicidade na adesão.

No segundo caso, nos referimos principalmente às demais ações de massa que ocorreram no dia 28. No Rio de Janeiro, por exemplo, as centrais tentaram realizar um "ato-show", completamente alheio ao clima de protesto (que acabou não ocorrendo devido à repressão). Foram as forças políticas de esquerda organizadas na Frente de Esquerda Socialista e na Conlutas-CSP que, mesmo com suas limitações políticas, organizaram um protesto que acabou contando com uma adesão de dezenas de milhares de trabalhadores, incluindo o importante Sindicato dos Profissionais da Educação (SEPE), o Fórum dos Servidores Públicos Federais e o heterogêneo Movimento dos Servidores Públicos Estaduais (no qual "sindicatos" policiais tem grande peso). Bloqueios de rodovias organizados por partidos políticos da esquerda ou movimentos sociais por todo o Brasil, como o MTST e setores do movimento estudantil universitário, também fizeram uma grande diferença, especialmente em São Paulo. **[9]**

A conclusão que podemos tirar disso é que o dia 28 foi, além de um dia de paralisações convocado pelas centrais sindicais, sobretudo um dia de ativa mobilização da classe trabalhadora muito além do que as forças envolvidas (tanto das centrais quanto aquelas à sua esquerda) teriam em "dias normais" e uma participação para além da que os sindicatos mobilizaram de forma ativa. Isso é o resultado da percepção da classe trabalhadora do significado das reformas de Temer. O presidente golpista, que conta com apenas 4% de aprovação da população, tem investido em vão em propaganda para tentar justificar suas medidas de favorecimento ao grande capital.

Perspectiva tática e estratégica para derrotar os ataques

Quais lições tirar do 28 de abril? Do ponto de vista tático, é preciso reconhecer o papel que ainda tem as centrais sindicais (por mais traições que realizem ou planejem realizar) como fator aglutinador na ação organizada da classe trabalhadora. O dia 28, apesar do grande caráter espontâneo que teve de adesão e de realização de outras ações, teve no planejamento e convocatória das centrais sindicais o seu primeiro passo, porque permitiu uma data para ação unitária. Porém, devemos reconhecer essa característica não para nos adaptarmos a ela, e sim para superá-la. Pois é uma debilidade que a classe trabalhadora fique dependente dos burocratas sindicais que buscarão

El País

Ato massivo em São Paulo (SP), cidade onde ocorreram várias paralizações e atividades combativas.

O Dia

Bloqueio do terminal de barcas Niterói-Rio (RJ): ações como essa ajudaram a fortalecer o 28 de abril, dada a baixa adesão às greves.

negociar e trair seus direitos.

Alguns grupos têm exigido das direções das centrais sindicais que lutem de forma consequente e organizem uma greve geral, se adaptando a elas de forma oportunista – como o **PSTU**, que já considera que o dia 28 configurou como "greve geral" **[10]**, ou como o **MRT/Esquerda Diário**, que levanta a falsa ilusão de que as centrais sindicais deveriam organizar um "plano de lutas" consequente (coisa que não vai acontecer) **[11]**. Mas é preciso fazer justamente o contrário. É preciso fazer a todo o momento a denúncia do papel dessas centrais e não exigências a frio. Sobretudo porque tais centrais vão ignorar a demonstração de disposição para a luta que o dia 28 expressou e não vão preparar, sequer, outro dia de paralisações. Após uma nova reunião de cúpula, definiram como prioridade organizar uma "marcha à Brasília" – que, como tantas outras, não conseguirá barrar os ataques, pois não afetará o ponto fraco de nossos inimigos: os lucros dos patrões. A burocracia sindical afirma que, se a "marcha" não conseguir barrar os ataques, "assumem o compromisso de organizar um movimento ainda mais forte do que foi o 28 de abril", mas sequer definiram um dia para isso. **[12]** Mais uma vez, portanto, atuam como verdadeiro freio para as lutas, ao invés de organiza-las de forma a serem vitoriosas.

Diante dos resultados positivos do dia 28, as organizações combativas da classe trabalhadora deveriam ter convocado outro dia de paralisações, piquetes e protestos já para a primeira semana de maio (construindo-o mais ativamente), e começado a preparar uma autêntica greve geral por tempo indeterminado até derrotar todas as "reformas" de Temer, custe o que custar. Porém, ***ainda não existe*** um polo alternativo às direções burocráticas das centrais sindicais, que tenha força suficiente para cumprir o papel aglutinador que elas ainda possuem (e que usam e usarão para seus próprios interesses burocráticos e eleitorais). Ou seja, o dia 28 corre o risco de perder o ímpeto e os trabalhadores podem se desmoralizar diante da passagem do tempo enquanto o Congresso aprova a toque de caixa os ataques.

Por isso, além da denúncia consistente das direções das centrais sindicais, é preciso também construir esse polo que, para nós do **Reagrupamento Revolucionário**, deve ser uma ***frente única proletária*** unindo sindicatos combativos, frações sindicais, movimentos sociais e partidos de esquerda para a realização de lutas e ações de massa por um objetivo comum – derrotar as principais contrarreformas do governo Temer. Sendo erguida em âmbito nacional e possuindo forças consideráveis, essa frente teria o potencial não só de organizar tal resistência, mas também de convocar e organizar uma ***greve geral por tempo indeterminado até caírem todos os ataques***, o que alteraria a conjuntura a favor dos trabalhadores, os colocando na ofensiva contra os patrões. Ela precisa ser construída desde já, tanto pela base (especialmente nos locais onde já há lutas e mobilizações em curso) quanto pelas direções dos movimentos sociais e organizações partidárias, rejeitando a fórmula sectária de que a unidade de luta só é possível "pela base". **Sem a construção dessa frente única (ainda que no começo ela não seja tão forte quanto as centrais sindicais) os trabalhadores ficam a mercê dos burocratas que sabemos que vão trair a luta.**

Ao mesmo tempo, essa frente não deve ser um bloco de programa entre as forças envolvidas, pois não há unidade neste quesito entre os agrupamentos políticos da classe trabalhadora. Que os revolucionários buscassem unidade programática significaria mesclar ou submeter o seu programa aos setores reformistas ou centristas do movimento, que ainda por cima são atualmente majoritários. A frente deve ser democrática, permitindo a plena liberdade de crítica e a expressão de diferentes programas e estratégias dos seus componentes, dentro dos limites de unidade de ação contra os ataques de Temer. Num espaço como esse, além de se empenharem na construção das lutas, os revolucionários têm também a tarefa estratégica de criticar as falsas "saídas" que muitos na esquerda alardeiam, como em "plebiscitos nacionais", "eleições gerais" ou "assembleia constituinte", todos circunscritos aos limites do Estado capitalista. Em vez disso, deve propagandear que a saída definitiva para derrotar os capitalistas exige o estabelecimento de um ***governo revolucionário dos trabalhadores***, que arranque o poder do Estado burguês. De outra forma, o "Fora Temer" ficará circunscrito a uma troca de governo que colocasse outro gabinete "ajustador".

Paralelamente a isso, faz falta um ***partido socialista revolucionário***, atualmente inexiste, e que só pode surgir a partir do debate franco e aberto na esquerda e do reagrupamento dos que se reivindicam revolucionários em torno de um programa político coerente, que supere o centrismo que atualmente é dominante neste meio. Nós do **Reagrupamento Revolucionário** temos posto nossos modestos esforços justamente a serviço dessas perspectivas, e a elas ainda somamos a agitação das seguintes demandas concretas, que encaramos devem ser assumidas como parte necessária da luta contra os ataques de Temer e dos patrões:

- ***Nenhum corte de postos de trabalho!*** Diminuição das horas de trabalho sem diminuição de salário, para

que se possa reintegrar demitidos e desempregados. São os patrões que tem que pagar pela crise do seu sistema!

▪ ***Frear os efeitos da inflação!*** Reajustes automáticos dos salários de acordo com a subida dos preços e também um salário-mínimo que atenda às necessidades básicas da família trabalhadora.

▪ ***Barrar a terceirização irrestrita!*** Lutar pela integração dos trabalhadores terceirizados às empresas contratantes com plenos direitos e igualdade salarial. Contra o racismo e o machismo, por salário igual para trabalho igual!

▪ ***Barrar o ataque à previdência e os cortes nos programas sociais!*** Taxar as grandes fortunas para financiar saúde, previdência, moradia, transporte e educação.

▪ ***Expropriação, sob controle dos trabalhadores, das empresas corruptoras*** e dos bens dos políticos corruptos!

▪ Não às mordomias da corrupta casta política: ***que parlamentares, ministros, presidente, recebam apenas o salário médio de um trabalhador.***

▪ ***Não à interferência das igrejas nos direitos das mulheres!*** Legalização do aborto, com garantia de procedimento seguro e gratuito pelo SUS.

▪ ***Não às arbitrariedades do judiciário!*** Que a população eleja seus juízes e demais cargos públicos de responsabilidade. Que os juízes que atacarem os trabalhadores e movimentos sociais percam seus cargos e sejam julgados por tribunais populares.

▪ ***Terra para quem nela quiser viver e trabalhar!*** Expropriação das terras e imóveis dos grandes especuladores para benefício da população.

▪ ***Pela dissolução da polícia militar e outras forças de repressão! Contra a Lei Antiterrorismo de Dilma!*** Lutar não é crime: pelo direito de autodefesa e pela retirada de todos os processos contra lutadores das causas populares. ***Liberdade para Rafael Braga!***

Nos dias atuais, o capitalismo ameaça a gradual destruição do planeta Terra e das condições de vida da classe trabalhadora. Por isso, afirmamos que o socialismo não morreu! Ele vive na luta de classes e no programa da revolução proletária! É preciso recolocar o socialismo no horizonte das massas!

Folha

Policiais durante o ato do 28 de abril em São Paulo (SP): a repressão mais uma vez foi brutal, mostrando o medo do governo e dos patrões diante da ação proletária.

NOTAS

[1] Ver o levantamento feito pelo *Esquerda Diário*: http://tinyurl.com/ycguul3v

[2] Conforme apontamos em março de 2016, no texto *"Desafios da atual conjuntura"* (http://tinyurl.com/z9o2gvv):

> *"O acúmulo desses fenômenos ocorre conjuntamente aos efeitos da segunda fase econômica derivada da crise de 2008 (o esgotamento das contas públicas, torradas para salvar empresas falidas ou em dificuldades) e do começo de um novo ciclo de recessão, dessa vez combinado com inflação crescente. Isso abriu uma nova situação política no país, na qual há espaço para a construção de alternativas à hegemonia petista que predominou na última década e meia. Todavia, esse espaço tem sido ocupado até o momento, não por forças da classe trabalhadora organizada, mas por demagogos que parasitam a máquina estatal (como a 'Bancada do Boi, da Bala e da Bíblia' na Câmara) e por uma 'nova' direita, que deu as caras ao longo do ano passado."*
>
> *"Esses dois grupos de atores políticos tem conseguido (ao menos até o momento) pautar uma alternativa extremamente conservadora ao petismo. Dentre outras coisas, essas forças demonizam o comunismo e os movimentos sociais (esdruxulamente igualados ao PT) e se apresentam enquanto representantes dos valores 'tradicionais' e da 'família brasileira' – uma verdadeira onda conservadora, como tem sido caracterizada por alguns. Essa tendência começou a ganhar força de verdade no primeiro semestre de 2015, na forma de um 'terceiro turno' das referidas eleições apertadas, quando setores da oposição burguesa ao governo se unificaram na convocação de protestos de rua e em um constante ataque público ao PT e à presidência, simbolizado nos esdrúxulos 'panelaços' da classe média conservadora ante aparições de Dilma na televisão."*

[3] Sobre a aposta da direção da CUT na eleição de Lula em 2018 como forma de conter as contrarreformas, ver http://tinyurl.com/ya566yor. Uma boa pergunta seria como o PT pode ser uma alternativa para os ataques dos golpistas, se nas eleições municipais de 2016 ele seguiu conciliado com esses setores em todo o país. Fora isso, apesar de se declarar totalmente contra as contrarreformas, tal direção já se mostrou disposta a negociar com o Congresso dos

bandidos golpistas a serviço do grande capital, e ainda por cima deixou claro que estaria bem mais disposta a aceitar tais ataques se o governo da vez fosse o de Lula ou Dilma: http://tinyurl.com/y8l8yuwb . Sobre a Força Sindical, que já havia realizado um encontro com representantes do governo Temer, ver http://tinyurl.com/y7rpftrd.

[4] Apesar da linha editorial da mídia empresarial e os pronunciamentos do governo terem buscado minimizar os efeitos do dia 28, antes, durante e depois sua preocupação com as mobilizações foram muito claras: http://tinyurl.com/y8rsev8r.

[5] Sobre Mateus Ferreira: http://tinyurl.com/z9o2gvv. Sobre a repressão no Rio de Janeiro: http://tinyurl.com/ya2yo6r9. Sobre a repressão ao MTST em São Paulo: http://tinyurl.com/yaqldpd3.

[6] Ver http://tinyurl.com/ycgjjq7c.

[7] Ver http://tinyurl.com/yabho98x.

[8] Outra possibilidade foi as das lojas e comércios pressionados a fechar as portas por pressão dos manifestantes. Ver, por exemplo: http://tinyurl.com/ybjaxsnk.

[9] Sobre o Rio de Janeiro: http://tinyurl.com/yayuotsl e http://tinyurl.com/y7tlqvsy. Pernambuco: http://tinyurl.com/y7l9vccj. Rio Grande do Sul: http://tinyurl.com/yb5fpupw.

[10] Nas suas principais declarações antes e após o dia 28, o PSTU evitou qualquer crítica séria ao papel das direções burocráticas das centrais sindicais. Ver, por exemplo, a completa ausência dessa crítica nesses textos publicados em seu site: http://tinyurl.com/ya5kpg8r (25/04), http://tinyurl.com/ybu9hudy (29/04) e http://tinyurl.com/y8cjxqdy (01/05). Conforme apontamos em uma recente polêmica com o PSTU ("O caminho é a luta e não as eleições": novo giro do PSTU, pg. 12 desta edição):

> *"O PSTU diz que 'as centrais sindicais precisam ir até o fim na luta. Não podem vacilar nem podem negociar nossos direitos e aceitar ou propor emendas na reforma da Previdência nem na trabalhista'. Isso é uma ilusão. O que é preciso dizer é que essas centrais vão tentar trair a luta em nome dos seus próprios interesses políticos de conciliação com o Estado capitalista (cada uma em sua variante). A participação no dia de luta das centrais não pode ser a seu reboque, e sim fazendo a sua denúncia. A unidade de ação sindical ou em greve (onde for convocada pelas grandes centrais) não deve obscurecer o principal objetivo político: preparar os trabalhadores para passarem por cima das burocracias para defender efetivamente os seus interesses.*
>
> *"A tarefa do momento não é o pacto com as cúpulas burocráticas, mas a denúncia de seus oportunismos e organizar comitês de base em nossos locais de trabalho, estudo e moradia, rumo a uma frente única de lutas para confrontar os ataques da burguesia (...)."*

[11] Apesar de levantar críticas corretas à "trégua" das centrais sindicais, e também ao cretinismo eleitoral da CUT e da CTB, o MRT/Esquerda Diário vem levantando a política de exigências ilusórias à burocracia sindical:

> *"Não podemos permitir uma nova trégua.* ***Exigimos das direções sindicais que convoquem a continuidade de um plano de luta logo após o dia 28, que seja combativo e efetivo, que coordene novas e mais fortes paralisações, jornadas nacionais, cortes de rua, piquetes e que preparem uma verdadeira greve geral, que vá muito além da paralisação de um dia, que seja mantida até derrubar Temer e cada um dos seus ataques.*** *Todos os que defendem o Fora Temer deveriam se unificar nessa perspectiva, sem deixar que essa se transforme numa consigna que desgasta o governo, mas com o objetivo de fundo de preparar a eleição do Lula em 2018, como querem a CUT, CTB e outros setores."* (http://tinyurl.com/y7a7zgba *, ênfase adicionada).*

Contraditoriamente, aponta que *"Na mão das cúpulas, ficaremos reféns das tréguas e traições"*, mas não menciona (neste material) a necessidade da tática de frente única para formar um polo contra os ataques e que possa tomar a iniciativa da luta, sem deixá-la nas mãos das cúpulas burocráticas. Também manteve a sua perspectiva circunscrita ao Estado burguês e cheia de ilusões em uma "Constituinte Livre e Soberana". Para uma crítica a essa posição, veja: "*A demanda de Assembleia Constituinte do MRT"* (http://tinyurl.com/h4cbvm2).

[12] Ver http://tinyurl.com/ybdbvk4l .

[13] Para uma crítica profunda aos setores da esquerda que capitulam a perspectivas políticas desse tipo na atual conjuntura e o porquê da defesa de um "governo revolucionário dos trabalhadores", ver nosso artigo *"A esquerda ante a crise brasileira", de março de 2017: http://tinyurl.com/ybfnp9za.*

"O caminho é a luta e não as eleições"

Novo giro do PSTU diante da crise brasileira

Por Pablo Pedrosa, abril de 2017.

Democratize Mídia

Placa do PSTU em ato do primeiro semestre de 2016, São Paulo (SP).

Ziguezagues entre uma linha reformista e uma com aparências de revolucionária são a marca maior de organizações centristas. Depois de passar mais de um ano bradando por "Eleições Gerais para por para fora todos os corruptos", o **PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados)** parece ter abandonado essa palavra de ordem, que já não aparece em seus textos principais desde os fins de 2016. Em recente editorial do jornal *Opinião Socialista*, o partido simplesmente se esqueceu de seu passado recente e defendeu que:

> "***O caminho para derrotar as reformas de Temer e do Congresso é a luta e não as eleições***. A solução não é Lula 2018 como defende o PT. Não dá para esperar. A hora de lutar para vencer é agora. O que os trabalhadores precisam é construir a greve geral e manter sua mobilização permanente contra qualquer ataque que vier. […] A saída é que os trabalhadores governem em conselhos populares. A saída é fazer os banqueiros, as multinacionais e os corruptos pagarem a conta da crise que criaram, começando por suspender o pagamento da dívida pública que suga quase metade do orçamento do país. Um governo socialista dos trabalhadores, que precisa nacionalizar e colocar sob controle dos trabalhadores o sistema financeiro, a propriedade dos corruptos e das multinacionais. ***Não vamos conseguir isso com eleições***, mas com a mobilização dos trabalhadores." (ênfase nossa)
>
> ***– Editorial: Vamos parar o Brasil, a saída é a luta, é a Greve Geral*, 29/03/2017.**

Conforme criticamos em materiais como nosso artigo *A esquerda ante a crise brasileira* (março de 2017: http://tinyurl.com/hptadls) o PSTU até pouco tempo defendia um conjunto de reivindicações que demonstravam confusão e total desnorteamento político sobre a conjuntura e as tarefas de um partido revolucionário. Ao não reconhecer o caráter reacionário do impeachment, defendeu primeiro que se pusesse "para fora" os corruptos, fazendo do centro de sua política o "Fora Dilma, Fora Todos!". Ao fazer isso, flertava com o pedido de impeachment contra Dilma reivindicado pelo conjunto dos partidos burgueses da direita, o Judiciário e a grande mídia. Sem deixar em nenhum momento de denunciar aos trabalhadores o caráter do então governo do PT, era necessário ter combatido o impeachment, colocando-se contra a realização do mesmo por representar uma aceleração das medidas exigidas pela burguesia contra os trabalhadores, como logo ficou demonstrado. O PSTU defendeu, ao contrário, que o impeachment era "insuficiente" (suas palavras).

Afirmava, ao mesmo tempo, que o "Fora Dilma, Fora Todos" deveria ser imposto não pelo parlamento corrupto, mas pela mobilização popular, que deveria comandar uma Greve Geral, cuja coroação deveria ser a realização de "novas eleições, com novas regras":

> "O PSTU vem afirmando a necessidade de uma greve geral para botar todos eles para fora e derrotar o ajuste fiscal. A classe trabalhadora, hoje, é capaz de

> fazer essa greve e garantir eleições gerais. Isso fica demonstrado quando operários paralisam fábricas com essa palavra-de-ordem, como aconteceu na GM, na Embraer e em outras fábricas de São José dos Campos (SP). Ou nas obras com milhares de operários da construção civil, como em Belém (PA).
> (…) Agora, com Temer prestes a assumir a presidência em conchavo com a oposição burguesa e apresentando um claro programa de ataques aos trabalhadores, o PSTU reafirma o chamado à CUT, CTB, ao MST, a que somem forças com a CSP-Conlutas e o Espaço de Unidade de Ação na convocação de uma greve geral que pare o país, coloque todos pra fora: Dilma, mas também Temer, Cunha e esse Congresso Nacional. E exija a convocação de eleições gerais já."
> – *Greve geral para botar pra fora todos eles e exigir Eleições Gerais*, **18 de abril de 2016.**

Com essa política, o partido apelava a alternativas circunscritas ao estado burguês, rebaixando o programa revolucionário ao "possibilismo". Como não era possível o sucesso (imediato) de uma alternativa independente dos trabalhadores, afirmava o PSTU, o melhor seria fazer eleições para todos os cargos políticos. Porém, ao fazer isso, reforçava ilusões no sistema eleitoral, ao dizer que ele dava ao povo a possibilidade de "trocar todo mundo, se quiser". Não dizia que isso em nada mudava a estrutura do país, pois a burguesia seguiria mantendo o poder por meio do seu Estado (inclusive as forças policiais) e da grande propriedade. Além do mais, a combinação das palavras de ordem do "Fora Todos!" e de "Eleições gerais!" formava uma combinação esdrúxula. O PSTU queria que todos os políticos da burguesia saíssem, para então *colocar todos eles de volta* por meio das eleições (o que era inevitável nos limites do Estado capitalista). Entretanto, como afirma corretamente o PSTU de agora (depois deste giro) o que é preciso é *"colocar sob controle dos trabalhadores o sistema financeiro, a propriedade dos corruptos e das multinacionais"* e que *"Não vamos conseguir isso com eleições"*.

Contraditoriamente, o partido também chamava em algumas ocasiões por um "governo de trabalhadores baseado em conselhos populares". Mas isso ficava em segundo plano em sua agitação cotidiana. Na maior parte do tempo, através da sua política agora empurrada para debaixo do tapete, o partido apontava a mudança por meio das "eleições gerais" (ver foto). Essas vacilações são típicas do centrismo e certamente acontecerão novamente. Isso porque tal mudança de política não vem acompanhada de nenhum balanço honesto e autocrítica profunda da sua política anterior, mas sim de forma silenciosa, ignorando que por vários meses, mesmo depois do impeachment, seguiu defendendo essa pauta, que agora é considerada inútil.

No Rio de Janeiro, até tão recentemente quanto fevereiro de 2017, o PSTU afirmava que "estava na ordem do dia" realizar eleições gerais, como resposta à privatização da empresa estadual de tratamento de água (CEDAE) pelo governo do PMDB:

> "Vamos seguir a luta contra o pacote mas vamos reunir trabalhadores, servidores públicos, estudantes e toda a população numa grande campanha pelo Fora Pezão, Eleições Gerais, Já."
> "O Fora Pezão, Eleições Gerais Já, ***entrou na ordem do dia***. Pezão pode cair a partir de uma grande mobilização. É preciso ganhar as ruas com o Fora Pezão, transformar em ação o 'abaixo o governo'. É possível derrubá-lo pelas mãos do movimento de massas e abrir outra conjuntura no estado e no país, que também coloque o Fora Temer em outro patamar." (ênfase nossa)
> ***– Não à privatização da CEDAE! Fora Pezão! Eleições Gerais já!*, 22/02/2017.**

Diante da ausência de qualquer explicação, podemos apenas especular as razões dessa mudança. Não houve alteração significativa de conjuntura que o PSTU pudesse apontar para justificá-la, visto que não chegaram a ocorrer as suas "eleições gerais com novas regras" e nem uma troca do governo estabelecido após a queda de Dilma. Talvez a mudança se deva à proximidade das eleições nacionais de 2018 e o consequente início da corrida eleitoral, que faz com que o tema das eleições (escolhas de candidatos, alianças, plataformas) comece a aparecer com maior frequência na imprensa e agitação de parte da esquerda. Dessa forma, ao dizer que "o caminho é a luta e não as eleições", o PSTU acaba figurando à esquerda de parte de seus adversários.

Outra possibilidade sobre a qual vale especular é o fato de que um dos grupos que ainda defende a perspectiva das eleições como forma de, supostamente, promover uma saída no interesse dos trabalhadores, é o **MAIS (Movimento por uma Alternativa Independente e Socialista)**, que rompeu com o PSTU em julho de 2016. O MAIS tomou uma posição contrária ao impeachment (e consequentemente à política de "Fora Todos" do PSTU), mas também adotou uma perspectiva de aliança política, inclusive eleitoral, com setores do **PSOL**, o que foi largamente praticado com seu apoio aos candidatos liberal-reformistas deste partido (Luciana Genro, Luíza Erundina, Marcelo Freixo etc.), conforme criticamos anteriormente (ver *Os revolucionários e as eleições burguesas*, setembro de 2016: http://tinyurl.com/ya5ertga). Este giro da direção do PSTU traça, sem dúvida, uma demarcação pela esquerda com seus antigos camaradas.

Independente das nossas especulações, fato é que nenhum balanço foi realizado sobre o erro da defesa do "Fora Dilma, Fora Todos" ou o porquê da defesa, por mais de um ano, da perspectiva igualmente equivocada de eleições gerais. Um balanço honesto da demanda por "eleições gerais" concluiria que ela não serve ao

proletariado brasileiro na atual conjuntura política e nem servia no período anterior. A demanda por eleições livres serve fundamentalmente aos contextos em que esse direito mínimo foi retirado (por ditaduras bonapartistas ou fascistas). Mas a burguesia brasileira já realiza suas eleições, com severas restrições à expressão democrática dos partidos da classe trabalhadora (que devem ser denunciadas, é certo) e as usa para sua dominação. Outras demandas democráticas, referentes a direitos cerceados pelo atual regime, se colocam na ordem do dia – tais quais a queda dos processos contra os lutadores das causas sociais, a defesa dos direitos de greve e manifestação, contra os privilégios e abusos da casta política e do Judiciário, e o fim das polícias militares, por exemplo. Em última instância, o proletariado brasileiro precisa, não de mais rodadas da engrenagem eleitoral da "democracia" dos ricos e poderosos, mas sim do estabelecimento do seu poder como classe, para a realização dos interesses da grande maioria do povo.

Cabe ressaltar que a atual "correção" discreta e cínica de linha não indica a adoção de uma política revolucionária consistente pelo PSTU. Como exemplo das suas vacilações centristas, observamos que, no mesmo editorial, o partido deposita todas as esperanças na "Greve Geral" marcada para o dia 28 de abril, que não será mais que um novo "dia nacional de paralisação", em que as centrais sindicais buscarão enganar os trabalhadores. Tendo participado da reunião convocatória, o PSTU não critica a data longínqua, decidida pela cúpula das burocracias sindicais de forma a dar tempo para que os golpistas aprovem seus ataques a toque de caixa. A Força Sindical e a UGT já demonstraram estarem dispostas a negociar – e aceitar! – os ataques de Temer, enquanto a CUT e a CTB farão de tudo para transformar a data num grande palanque para Lula.

O PSTU diz que *"as centrais sindicais precisam ir até o fim na luta. Não podem vacilar nem podem negociar nossos direitos e aceitar ou propor emendas na reforma da Previdência nem na trabalhista"*. Isso é uma ilusão. O que é preciso dizer é que essas centrais vão tentar trair a luta em nome dos seus próprios interesses políticos de conciliação com o Estado capitalista (cada uma em sua variante). A participação no dia de luta das centrais não pode ser a seu reboque, e sim fazendo a sua denúncia. A unidade de ação sindical ou em greve (onde for convocada pelas grandes centrais) não deve obscurecer o principal objetivo político: preparar os trabalhadores para passarem por cima das burocracias para defender efetivamente os seus interesses.

A tarefa do momento não é o pacto com as cúpulas burocráticas, mas a denúncia de seus oportunismos e organizar comitês de base em nossos locais de trabalho, estudo e moradia, rumo a uma **frente única de lutas** para confrontar os ataques da burguesia. E, dentro dessa frente, será tarefa dos socialistas defender a perspectiva de fundo de um **governo revolucionário dos trabalhadores** como solução para a crise brasileira, apresentando **demandas transitórias** diversas que mostrem aos trabalhadores que a resolução dos nossos problemas se encontra na superação do capitalismo.

Continuação da p. 34

petroleira", que significava dar autonomia à PDVSA para que ela funcionasse cada vez mais como uma empresa privada. Tendo assumido em 1989 para um segundo mandato, Pérez aprofundou essa política, através do que chamou de "internacionalização petroleira", que basicamente significava privatizar a PDVSA, entregando-a a petrolíferas imperialistas. Ao mesmo tempo, apesar de ter sido eleito prometendo suspender as políticas de austeridade de seu antecessor, Pérez assinou novos acordos com o FMI e o Banco Mundial, para empréstimos que teriam como contraparte arrochos sobre os trabalhadores e os programas redistributivos.

Em 27 de fevereiro, a raiva popular contra essas medidas assumiu forma insurrecional, após um aumento no preço dos transportes públicos, decorrente de um reajuste do preço da gasolina. Caracas rapidamente virou um campo de batalha, com massas populares tomando as ruas para queimar ônibus, realizar saques de alimentos e montar barricadas por todos os lados. A revolta popular, que ficou conhecida como *caracazo*, se espalhou para outras cidades e durou até 8 de março, transformando-se em uma insurreição de âmbito nacional. Acuado, Pérez reagiu decretando estado de sítio e pondo o exército nas ruas com ordem de suprimir violentamente o levante. Até hoje se debate o número de mortes causado pela ação exército, mas estima-se que tenha sido em torno de monstruosos 5 mil. Ainda assim, apesar da brutal repressão, foram muitos os casos de fissuras na oficialidade e de confraternização entre soldados e a população insurreta.

Nesse contexto ocorreram duas tentativas de golpe contra Pérez, em 1992. A primeira foi realizada por parte de um setor das forças armadas, o Movimento Revolucionário Bolivariano 200 (MRB-200), liderado pelo então tenente-coronel Hugo Chávez, e composto por oficiais nacionalistas, descontentes com as políticas de violação da soberania nacional que vinham sendo adotadas sob as gestões neoliberais e, principalmente, com o uso do exército contra os civis insurretos durante o *caracazo*. Apesar do golpe ter fracassado, em grande parte por não ter tido ligação com quaisquer setores civis (os partidos burgueses cerraram fileira em defesa de Pérez), Chávez realizou um pronunciamento na televisão antes de se render, que o projetou como a principal figura de oposição às impopulares políticas neoliberais. Outro golpe foi tentado em novembro, dessa vez por oficiais da aeronáutica que mantiveram contato com Chávez, mas também fracassou, ainda que tenha mobilizado mais militares e demandado mais vigor do governo e seus aliados para ser debelado.

Por mais que tenha permanecido no governo após

o *caracazo* e os golpes de 1992, Pérez teve que lidar com uma onda grevista até então jamais vista no país, de forma que ficou insustentável para a burguesia mantê-lo no poder e ele acabou removido da presidência em março de 1993 pela Corte Suprema, sob alegações de corrupção (que geraram uma forte onda de protestos). Como aponta Caballero, porém, a situação política era tão instável que, se o governo interino de Ramón Velásquez, que se seguiu à remoção de Pérez, não foi derrubado, foi porque não havia unidade entre os vários conspiradores potenciais, o que levou à convocação de novas eleições ainda naquele ano.

As eleições de 1993 foram o começo do fim da *democracia puntofijista*, pois, apesar do vitorioso Rafael Caldera ser um dos quadros fundadores da Copei, ele se elegera através da recém-fundada dissidência dela, Convergência, rompendo com a lógica do "sistema dos dois partidos". Ademais, aquelas eleições tiveram uma porcentagem até então inédita de abstenção, mostrando a desconfiança da população votante ante o regime carcomido. A gestão de Caldeira, mesmo se apresentando como algo "novo", não foi capaz de trazer estabilidade ao país, pois ele deu prosseguimento e até mesmo aprofundou as políticas neoliberais de austeridade das gestões anteriores, como quando conferiu suntuoso aporte governamental ao sistema bancário, sob o pretexto de impedir sua falência. Uma nova grande onda de insatisfação popular emergiu em todo o país, expressando-se em massivos protestos de rua (uma média de mais de 2 por dia até 2005) e numerosas greves.

Como ressalta o historiador Danilo Caruso (*Decifrando a Revolução Bolivariana. Estado e luta de classes na Venezuela contemporânea*, Tese de Doutorado em História, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2017), o fim da *democracia puntofijista* está diretamente ligado a uma verdadeira crise de hegemonia burguesa, aberta com o *caracazo*, e que impediu a burguesia nativa e imperialista de estabelecer um governo estável e encaminhar seus projetos de austeridade e privatização da PDVSA ao longo dos anos seguintes. Além da insurreição de 1989 e das referidas onda de greves e protestos que tiveram lugar ao longo dos anos 1989-2002, também nesse período espalharam-se pela Venezuela diversos organismos populares de gestão, especialmente nos bairros mais pobres e favelas das grandes cidades, os quais cuidavam de questões que o Estado burguês nunca resolveu nessas regiões, como distribuição de água, saneamento básico etc. Efetivamente, o poder escorregava por entre os dedos da burguesia e abria-se uma crise revolucionária, na qual havia uma possibilidade palpável da classe trabalhadora emergir como uma alternativa de poder.

É nesse quadro que ocorreu a anistia concedida por Caldera aos membros do MBR-200, em 1994, e também a realização de uma reforma trabalhista por parte de Pérez, na sequência do *caracazo*, em 1990, que resultou em uma série de conquistas para os trabalhadores, como redução da jornada de trabalho, aumento dos pagamentos por hora extra, adicional noturno e participação nos lucros, ampliação do direito de férias e proibição dos acordos coletivos. Conquistas essas arrancadas à burguesia pelas intensas mobilizações proletárias, ainda que a central patronal, Fedecámaras, tenha atuado no sentido de tornar parte da nova legislação mera formalidade, ao não ser regulamentada para aplicação, e a burocracia dirigente da CTV, ligada à AD, ter mantido uma postura passiva ante essa manobra. E é também nesse quadro que se deve entender o projeto bolivariano, especialmente sua posterior transmutação em "socialismo do século XXI".

Bolivarianismo e socialismo do século XXI

Anistiado em 1994, Chávez transformou o MBR-200 em partido em 1997, após alguns anos de discussão interna sobre se valia a pena ou não participar no jogo de cartas marcadas da *democracia puntofijista*. Ele conseguiu se eleger presidente no ano seguinte, pelo recém-fundado Movimento V República (MVR), obtendo 56% dos votos, através da coligação "Polo Patriótico". Apesar da pouca margem de vantagem, Chávez teve como primeira medida relevante a convocação de uma Assembleia Constituinte, que recebeu apoio de mais de 80% da população no plebiscito que a convocou e na qual o Polo Patriótico conquistou 121 dos 131 assentos. Dessa forma, teve fim a chamada IV República e começou um novo ciclo político na Venezuela.

Segundo Caruso, o MRB-200 se apresentava como herdeiro de uma mescla de referências do passado político venezuelano e latino-americano. Reivindicando as ideias de Simón Bolívar, o grupo almejava uma Venezuela soberana, sem a constante interferência dos interesses das petrolíferas imperialistas na vida política e econômica do país, as quais controlavam o principal recurso natural venezuelano e corrompiam qualquer um que estivesse no poder, como forma de garantir a manutenção do *status quo*. Em vez da submissão a esses interesses, o MBR-200 defendia um "desenvolvimento endógeno", que resgatasse o domínio estatal sobre o petróleo e utilizasse os recursos da renda petroleira para diversificar a economia nativa – algo que muitas vezes foi descrito como "nacionalismo petroleiro". A isso se somava também as ideias de Bolívar sobre

Chavismo: uma nova alternativa de transição ao socialismo, ou a velha colaboração de classes?

democracia participativa ("protagônica"), no sentido de haver canais de participação direta da população na gestão do país e de seus recursos. Essas propostas o MBR-200 apresentava como parte de uma "revolução política", que fundaria uma nova, V, República – algo bastante apelativo, num país que, apenas em 1958 conheceu uma experiência democrático-burguesa que não fosse diretamente tutelada pelas forças armadas e que, ainda assim, era bastante restrita e altamente blindada às massas populares.

Apesar desse nacionalismo pró-democracia participativa claramente não transcender o terreno do capitalismo e dos interesses burgueses, ao não pautar a questão da propriedade privada dos meios de produção, a situação econômica da Venezuela, altamente centrada na exploração e exportação de petróleo, tornava essas propostas em parte incompatíveis com poderosos setores da burguesia nativa e imperialista. Conforme destaca Gilberto Maringoni ("Venezuela, Turbulência de uma Economia Petroleira", em Marcela Quinteiros e Luiz Moreira, *As Revoluções na América Latina Contemporânea*, Maringá, UEM/PGH-História, 2016), a exportação de petróleo é responsável por mais de 90% do PIB venezuelano – porcentagem que aumentou durante a gestão Chávez.

Essa profunda dependência da economia venezuelana na exportação de *commodities*, em particular o petróleo, Maringoni, tal qual outros analistas, caracteriza como "doença holandesa", em comparação com a situação que passou a Holanda na década de 1960, após a descoberta de massivas reservas de gás natural. A "doença holandesa" consiste em, ao mesmo tempo em que os rendimentos internos crescem a ponto de produzir suntuosos superávits e dar margem, assim, a políticas sociais e a ações redistributivos que utilizem o fundo público, a dependência na exportação de um único tipo de produto e seus derivados faz com que haja enorme pressão dos capitais ligados a tais setores para que a moeda nacional se valorize em relação ao dólar, de forma que a exportação de produtos industrializados é prejudicada, bem como a própria indústria local, dada a possibilidade de importar bens de consumo a preços baixos.

Em outras palavras, na Venezuela, o Estado é o intermediário entre o capital estrangeiro petrolífero e as reservas naturais do país, além de intermediário (via as políticas de redistribuição da renda petroleira) da burguesia nativa. Logo, alterar as estruturas decisórias do Estado colocava o MBR-200 / MVR em rota de colisão com esses setores. Pois mexer nos mecanismos de controle da política e almejar alterar a política econômica significava tocar no âmago da reprodução capitalista venezuelana, centrada, da parte da burguesia nativa, nas disputas em torno do uso da renda petroleira captada pelo Estado e, da parte da burguesia imperialista, no acesso às reservas petrolíferas.

Ainda assim, a burguesia não reagiu de imediato quando da promulgação da "Constituição Bolivariana", com seus vários mecanismos de democracia participativa e retórica soberanista e pró igualdade social. No primeiro momento, repetindo a tática usada na reforma trabalhista, atuou no sentido de garantir que a maioria das novas leis seguisse sem regulamentação e, portanto, não passasse de letra morta. Essa postura mais "passiva" se explica em parte pela continuação da forte mobilização social no país, com setores expressivos do movimento operário demandando a realização de uma "constituinte trabalhista", para rever a estrutura sindical do país – e ocupando, ao final de 2001 e início de 2002, as sedes da central sindical CTV para impor essa revisão – e setores estudantis ocupando universidades, na mesma época, em defesa da realização de uma "constituinte estudantil", para rever o sistema de educação. Nisso a burguesia foi ajudada por setores do próprio Polo Patriótico, ligados à administração estatal e temerosos de perderem seu quinhão caso as leis de democracia participativa passassem a valer de verdade.

Mas, da parte de Chávez, também não houve uma postura de enfrentamento com a burguesia. Ao contrário, conforme aponta Caruso, sua resposta a essas mobilizações operárias e estudantis foi de buscar esvaziá-las, e não de atender suas demandas, sinalizando às classes dominantes disposição em reconstruir a ordem burguesa no país. Ademais, nessa época o governo também deu continuidade a uma série de medidas neoliberais, inclusive mantendo tecnocratas das gestões anteriores em postos-chave do governo. Mas isso mudou ao fim de 2001, quando Chávez usou um mecanismo da nova constituição ("leis habiltiantes") para aprovar uma série de decretos sem o respaldo da maioria do legislativo. Decretos esses – em especial o de terras, de pesca e de hidrocarbonetos – que tocaram em interesses de parte da burguesia ao realizarem concessões ao proletariado e aos camponeses, e que foram o estopim pra uma tentativa de golpe, no início do ano seguinte. Tentativa essa que já vinha sendo gestada por setores burgueses com amplo financiamento dos EUA desde que Chávez assumira, em 1998 e que foi encabeçado pela Fedecámaras, a central patronal venezuelana.

Encarando que o governo Chávez representava algo novo e positivo, as massas saíram às ruas em sua defesa, e a maior parte do aparato militar cerrou fileiras com os que demandavam a restituição do presidente. Quando isso ocorreu, todavia, Chávez chamou os golpistas para "dialogar" e, vendo nisso um sinal de fraqueza, a Fedecámaras lançou um locaute que durou de dezembro de 2002 a fevereiro de 2003 e levou o país à beira do colapso. A classe trabalhadora reagiu de forma vigorosa, ocupando várias empresas e as colocando de volta em funcionamento, sob gestão operária, demandando de Chávez que as estatizasse. Nesse mesmo período ocorreram ocupações de terras por parte de movimentos agrários, para redistribuição das propriedades. Esses eventos levaram Chávez a uma guinada à esquerda. Até então, seu governo pouco apresentara de novo para além de retórica e de leis que não foram postas em prática, espremido como estava entre a intransigência burguesa e a contínua mobilização proletária, além de tendo que lidar com as várias pressões dos setores fisiológicos do Polo Patriótico, que discordavam da ideia de democracia participativa por

ver nela uma ameaça a seu parasitismo no Estado. Com o golpe e o "paro patronal", todavia, ele passou a apostar suas fichas nas massas populares que saíram em sua defesa.

A partir desse momento, Chávez realizou uma série de concessões às demandas das massas populares e passou a dedicar uma parcela crescente da renda petroleira a programas redistributivos, as chamadas "missões". Ao mesmo tempo, construiu redes de base para seu MVR (batalhões eleitorais, "círculos bolivarianos" etc.), através das quais passou a tutelar cada vez mais os órgãos de mobilização populares e proletários surgidos a partir de 1989, esvaziando-os preventivamente ou mesmo os reprimindo quando ameaçavam extrapolar o controle estatal exercido por intermédio dessa rede. Dessa forma, diminuiu sua dependência nos setores fisiológicos do Polo Patriótico e construiu novas bases de sustentação para seu governo, ao mesmo tempo em que foi reconstruindo certa estabilidade política no país. Exemplar desse caminho é o fato de que poucas das empresas ocupadas durante o "paro patronal" foram de fato estatizadas, como demandaram os trabalhadores, e foi introduzida nelas a "cogestão", como forma de permitir aos proprietários retomarem o controle, ao menos parcialmente, através de comitês de gestão de empresa nos quais tinham lugar representantes da burguesia, do Estado e dos trabalhadores.

Ao longo dos anos seguintes, Chávez construiu um regime claramente bonapartista, no qual o executivo tinha um papel enorme na vida política do país e a máquina estatal foi utilizada para reconstruir uma hegemonia burguesa, coordenando desde acima esforços para que frações da burguesia e da classe trabalhadora passassem a integrar um novo consenso, como através da construção, em 2004, de uma nova central sindical, encabeçada pela fração dirigida por Nicolás Maduro, do MVR, no interior da CTV, de forma que rapidamente a antiga entidade e sua burocracia ligada à AD se viu isolada. Ou através da criação de uma nova central patronal pró-governo, que com o tempo conseguiu isolar a Fedecámaras.

Em 2006, ao assumir seu segundo mandato, o projeto de Chávez de construção de uma nova ordem assumiu outros ares, como o anúncio do "socialismo do século XXI" como orientação oficial do governo e a transformação do Polo Patriótico no PSUV (realizada de forma bastante centralizada desde o topo pela direção do MVR, cabe ressaltar). Anunciado em janeiro de 2005, no 5º Fórum Social Mundial, o projeto do "socialismo do século XXI" constituía em uma forte retórica anticapitalista, que apontava esse sistema como insustentável e necessário de ser superado. Tal superação se daria por uma via gradual, através da redução da desigualdade através do uso da renda petroleira para redistribuição de renda e programas sociais, e também da construção de uma "economia social" que, ao longo do tempo, "engolisse" a economia estatal e a privada. Essa "economia social" consistiria basicamente em um estímulo ao cooperativismo, algo que o governo já vinha fazendo desde seus primeiros momentos, como parte de uma política de combate ao desemprego e diversificação da economia nativa ("desenvolvimento endógeno"). Mas, a partir de 2006, passou a integrar esse projeto de suposta superação gradual do capitalismo e a receber muito mais incentivo governamental, na forma de financiamento e cursos de formação, além da questão da autogestão passar a assumir lugar central na retórica, junto a um ideal de "desenvolvimento sustentável". O plano então passou a ser criar redes de cooperativas que se tornassem autossuficientes e crescessem para além do âmbito local. Todavia, a maior parte das cooperativas criadas a partir de 2006 ou se tornaram empresas privadas, ou não conseguiram superar a dependência das verbas federais.

A esse aspecto econômico do "socialismo do século XXI" se somava um político, de passagem gradual do poder das instâncias representativas para as participativas, o que à altura assumiu a forma dos Conselhos Comunais. Esses órgãos unificaram vários organismos populares preexistentes, atrelando-os ao Estado, através do financiamento do executivo federal para projetos de instalação de escolas, saneamento, postos de saúde etc. Mas os Conselhos acabaram perdendo força após solucionarem as questões mais básicas, de forma que, em 2007, Chávez lançou a proposta de transformá-los em Comunas, que unificariam ainda mais organismos (como os Conselhos Comunais e as redes de cooperativas) e teriam poder de legislar e executar, passando por cima dos legislativos e executivos locais, que deveriam reconhecer seus atos – algo que foi oficializado naquele ano por uma nova constituição. As Comunas foram apresentadas como parte de um projeto ambicioso de criar um Estado Comuna, no qual o povo governaria de forma direta. De fato, como conclui Caruso, através delas houve uma descentralização do poder a nível regional, mas, ressalta tal historiador, sua dependência financeira no executivo federal levou a uma centralização nessa esfera e sua incorporação ao Estado burguês, de forma que não viraram um poder alternativo, como apregoava a retórica bolivariana. Inclusive porque em seu interior rapidamente se desenvolveu uma burocracia conservadora, frequentemente ligada ao PSUV, que era favorecida pelo governo em termos de verbas e apoio, em detrimento daqueles elementos mais contestadores e combativos. Tratou-se, assim, em grande parte de um aprofundamento da "domesticação" dos frutos da revolta proletária dos anos 1980-90.

Mas essas contraditórias políticas "à esquerda" não foram a única face do bolivarianismo a partir de 2006. Nesse mesmo período, o governo deu início à política de "empresas mistas" na área petroleira, o que significava que as petrolíferas estrangeiras não mais atuariam como "prestadoras de serviço" para a PDVSA, mas passariam a ser sócias minoritárias em subsidiárias por ela controladas. De acordo com a análise da cientista social Mariana Lopes (Imperialismo e bloco no poder na Venezuela. Ambiguidades do bolivarianismo de Chávez, em *Lutas & Resistências*, Londrina, n.2, 1º sem. 2007), isso foi uma forma de dar continuidade às políticas neoliberais para o

setor petrolífero, uma vez que o Estado assumia todo o risco das operações das subsidiárias, através da PDVSA, mas as empresas imperialistas participam da divisão dos lucros. Foi isso que realmente ocorreu com as "renacionalizações" realizadas em 2007 na região de Orinoco, onde as petrolíferas imperialistas venderam sua parte ao Estado e passaram a atuar como sócias da PDVSA.

Ademais, conforme a análise de Luis Lander e Margarita Lopez-Maya (Novedades y continuidades de la protesta popular en Venezuela, em *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, Caracas, vol. 12 , n. 1), não houve uma ruptura sob Chávez em relação à política "rentista" anterior, no sentido de utilizá-la para diversificar a economia e encerrar a dependência na renda petroleira, por mais que isso fosse um objetivo constantemente reforçado pelo governo. Manuel Sutherland (*El capitalismo rentístico, análisis empírico de la renta petrolera y el "intento" de construcción del socialismo del siglo XXI en medio de la crisis del sistema capitalista*, Caracas Alem, 2012) aponta, nesse sentido, como que as importações ultrapassaram em mais do que o dobro as exportações entre 2003-2012, configurando uma "disputa redistributiva" que significou a captura da maior parte da renda petroleira por parte da burguesia nativa, sem incremento na produção.

Daí é possível compreender a lua de mel que Chávez conseguiu estabelecer com os capitalistas nativos e imperialistas entre 2006 e 2012, apesar de toda a retórica "socialista" e de uma série de concessões bastante palpáveis à classe trabalhadora, especialmente na forma de políticas de redistribuição de renda, que tiraram uma gigantesca massa da miséria. Apoiando-se num aparato executivo superpoderoso e em um partido hipercentralizado, ele foi capaz de controlar a fúria popular e integrá-la à institucionalidade burguesa mediante promessas de uma transição gradual ao socialismo, reconstruindo uma hegemonia burguesa num país que passou quase uma década em convulsão (não raro recorrendo à repressão policial de seus opositores no movimento operário), ao mesmo tempo em que elevou o lucro de setores capitalistas e criou novas redes patronais como forma a garantir sua fidelidade. Não à toa, após o fracasso do golpe de 2002, as subsequentes ofensivas da oposição burguesa se mostraram bastante isoladas, tanto no âmbito parlamentar, quanto nas ruas.

Ao longo de seu governo, foram muitas as organizações que se reivindicam socialistas revolucionárias que se entusiasmaram com o bolivarianismo e o "socialismo do século XXI", aceitando a "via chavista" para o socialismo como válida, ou vendo no chavismo algum tipo de ponto de apoio para uma revolução futura. Isso se expressou inclusive entre muitas organizações trotskistas. Talvez o caso mais notório seja o da **Tendência Marxista Internacional** (IMT, no Brasil a Esquerda Marxista), cujo líder, Alan Woods, atuou como "conselheiro político" de Chávez por muitos anos, apostando que ele seria capaz de transformar a Venezuela em um Estado operário através do controle do executivo e do legislativo e de um chamado à mobilização das massas

Liberty and Knowledge

Alan Woods, dirigente da IMT (no Brasil, Esquerda Marxista), foi "conselheiro" de Chávez por vários anos.

(ver *The challenges facing the Venezuelan Revolution*, de setembro de 2007: https://www.marxist.com/challenges-facing-venezuelan-revolution050907.htm). Outro grupo da tradição trotskista que se empolgou enormemente com Chávez, saudando suas medidas e lhe conferindo apoio, foi o **Secretariado Unificado**, que desde os anos 1980 adotou uma estratégia de socialismo através de reformas graduais, e encarava haver um processo de transformação socialista em curso na Venezuela (ver *The Challenge of Socialism in the 21st Century*, de maio de 2007:http://www.internationalviewpoint.org/spip.php?article1269). Até mesmo alguns grupos de aparência mais ortodoxa foram a reboque do chavismo em algum momento, como a **Liga Bolchevique Internacionalista** do Brasil (https://rr4i.milharal.org/2013/04/08/a-lbi-capitula-ao-chavismo-nas-eleicoes-venezuelanas/), por seu apoio à eleição de Nicolás Maduro em 2013.

Entre as poucas organizações que nadaram contra a maré de capitulação ao bolivarianismo e seu projeto de conciliação de classes e contenção da revolta proletária, consta a hoje burocraticamente degenerada **Tendência Bolchevique Internacional**, cujo legado programático nós do**Reagrupamento Revolucionário** reivindicamos criticamente e que, já em 2005, foi capaz de apresentar com precisão as limitações do projeto de suposta transição gradual ao socialismo reivindicado por Chávez:

> "Há uma contradição fundamental entre os interesses de quem possui e controla as alavancas econômicas essenciais – a burguesia venezuelana e seus patronos imperialistas – e a massa da população. Em algumas circunstâncias, os capitalistas podem ser obrigados a fazer concessões, mas, enquanto o Estado burguês permanecer intacto, os ganhos para os trabalhadores podem ser facilmente revertidos quando a relação de forças mudar.
> […] Com suas promessas irrealizáveis de promover simultaneamente os interesses dos pobres e dos tubarões financeiros imperialistas através de uma forma mais inclusiva e socialmente responsável de desenvolvimento 'endógeno', Chávez, sem dúvida,

involuntariamente, está ajudando a lançar as bases para uma direita ressurgente lançar uma sangrenta vingança no futuro. […]

A experiência 'bolivariana' só pode ser um interlúdio temporário. Existem hoje apenas duas vias na Venezuela: ou a classe trabalhadora vai para a frente para expropriar a burguesia (liquidando-a assim como classe) ou os capitalistas vão esmagar o proletariado. Não há nenhuma opção do meio, nenhuma 'terceira maneira'."

— **Por uma federação socialista da América Latina! Venezuela: Estado e revolução, *1917*, n. 28, de dezembro de 2005.**

https://rr4i.milharal.org/2008/04/29/venezuela-e-a-esquerda/

Hoje, de fato, o projeto bolivariano encontra-se em colapso completo. Com a queda dos preços internacionais do petróleo, o dinheiro secou e Maduro deu início a uma série de projetos de austeridade, que erodiram seu apoio entre as massas e abriram espaço para a atual nova ofensiva da oposição burguesa, que demonstra uma força muito maior do que jamais havia conseguido desde a eleição de Chávez em 1998. O marxismo não é uma "bola de cristal", mas é o que temos de melhor para iluminar a complexa realidade e traçar os caminhos possíveis de emancipação da classe trabalhadora. Ao seguirem a reboque do projeto bolivariano – "criticamente" ou não – a maior parte das organizações socialistas não foram capazes de antecipar o cenário atual, pois se recusavam a ver tanto que Chávez buscava conciliar interesses fundamentalmente antagônicos, o que necessariamente não poderia se sustentar a longo prazo, quanto que ele em última instância atendia aos interesses do grande capital, dado que não tocou no fundamento "sagrado" da propriedade privada nem nunca apontou isso como um norte. Com isso, aqueles grupos com presença nos movimentos sociais venezuelanos não foram capazes de armar a classe trabalhadora para o necessário enfrentamento com a burguesia, tendo permitido que seus instrumentos de luta e organização, construídos desde os anos 1980, se tornassem apêndices do executivo chavista e caíssem nas mãos da burocracia do PSUV.

As respostas da esquerda para a atual crise

Ante o crescimento da oposição burguesa na esteira da queda da arrecadação estatal, e da erosão das próprias bases do bolivarianismo – como no surgimento de um setor de oposição ao governo Maduro, autonomeado "chavismo crítico" – Maduro tem aprofundado sobremaneira os traços bonapartistas do regime construído por Chávez. Conforme apontou recente reportagem da *A Pública* (http://apublica.org/2017/06/venezuela-sem-fake-news/), nos últimos anos, a presença das forças armadas na economia e na política aumentou enormemente, estando os militares hoje em posse de 11 dos 32 ministérios e possuindo a gestão de uma série de empresas estatais. Em troca, eles tem sido fiéis na proteção de Maduro, como na sua atuação no

noticiasvideos1.com

Um dos massivos protestos de rua convocados pela MUD em 2017.

"Plano Zamora", que, como apontou reportagem da *BBC*, basicamente instituiu um regime de exceção em certas partes do país, com a mobilização da "Guarda Nacional Bolivariana" (uma guarda pretoriana, diretamente ligada ao executivo) e da polícia para combater um "inimigo interno", e com a possibilidade de julgar civis em tribunais militares (http://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-39852853).

É com o apoio desse setor que Maduro tem se enfrentado com a oposição burguesa reunida em torno da Mesa da Unidade Democrática (MUD), a qual ganhou a maioria nas eleições para o legislativo nacional ano passado e que muito provavelmente teria desbancado o PSUV nas eleições para governos regionais, originalmente previstas para novembro passado, mas que foram suspensas por tempo indeterminado (ver https://brasil.elpais.com/brasil/2017/02/10/internacional/1486765279_008282.html). Confiante em suas forças, a MUD, que já teve várias lideranças presas ou impedidas de deixar o país, tentou emplacar novo referendo revogatório – como o que realizara em 2005 contra Chávez e no qual fora derrotada – mas a justiça eleitoral criou todo tido de imbróglio para invalidar sua convocação. Após uma tentativa fracassada de diálogo, isso levou, nos últimos meses, a um giro da oposição burguesa para as ruas, convocando massivos protestos, que tem sido violentamente reprimidos, com um saldo de mortes que já beira uma centena.

Mas, diferentemente do que argumentam os apoiadores de Maduro na esquerda, não é apenas a oposição burguesa que tem sofrido com a escalada autoritária. O governo de Maduro interveio recentemente nas eleições sindicais, suspendendo-as a pedido do PSUV, temeroso de perder espaço para setores opositores combativos, e tem reprimido com violência e prisões lideranças desses setores (ver http://www.esquerdadiario.com.br/Venezuela-O-Estado-esta-intervindo-nas-organizacoes-sindicais).

Com a escalada das tensões, praticamente a cada semana surge um novo fato espetacular, como a tentativa da suprema corte de encerrar as atividades do legislativo e passar a atuar em seu lugar – corte essa que foi composta por indicações feitas no apagar das luzes da legislatura anterior, de forma a ser solidamente pró-Maduro, e protegida por leis aprovadas também no apagar das luzes para que a nova legislatura oposicionista não pudesse alterar

sua composição (ver http://g1.globo.com/mundo/noticia/tribunal-revoga-decisao-de-intervir-no-parlamento-venezuelano.ghtml). Ou a atual caça à procuradora-geral, que se declara "chavista crítica" e vem denunciando o crescente autoritarismo de Maduro e seus aliados, e que está impedida de deixar o país e na mira de acusações de corrupção convenientemente descobertas apenas agora (ver https://brasil.elpais.com/brasil/2017/06/29/internacional/1498698191_497160.html). Ou ainda, do lado da oposição burguesa, a recente entrada em cena de elementos das forças armadas, que, liderados por um oficial da aeronáutica, roubaram um helicóptero e atacaram o prédio da Suprema Corte (verhttps://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2017/06/27/helicoptero-dispara-contra-supremo-na-venezuela-maduro-fala-em-atentado-terrorista.htm).

A mais recente medida de Maduro e de seus aliados para reverter a escalada oposicionista foi a convocação de uma Assembleia Constituinte "popular", somado a um terceiro aumento do salário-mínimo nesse ano, o qual se encontra profundamente desvalorizado como fruto de uma galopante inflação (ver http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,maduro-aumenta-pela-terceira-vez-em-2017-o-salario-minimo-na-venezuela,70001874735). A composição dessa constituinte não se daria por eleições gerais, mas por delegados escolhidos nos Conselhos Comunais, hoje rigidamente controlados pelo PSUV (ver http://brasil.elpais.com/brasil/2017/05/01/internacional/1493674085_087716.html?id_externo_rsoc=FB_BR_CM). Claramente se trata de uma tentativa de liquidar a presença da oposição burguesa no parlamento e autonomizar ainda mais o executivo, reforçando seu caráter bonapartista. Hoje, inclusive, já existe um "Parlamento Comunal", composto por delegados desses conselhos, e completamente chapa-branca ante o governo Maduro (ver http://www.bbc.com/mundo/noticias/2015/12/151216_venezuela_parlamento_comunal_claves_dp). A constituinte "popular" não passará, portanto, de uma reedição desse órgão, mas com mais poderes.

Diante desse quadro de grave crise política, quais têm sido as respostas da esquerda socialista venezuelana, em particular do setor que reivindica o trotskismo? Uma das principais forças nesse campo é a **Marea Socialista**. Principal corrente do extinto agrupamento internacional Movimiento, que hoje se encontra dissolvido no interior do praticamente inexistente Secretariado Unificado, esse grupo – que no Brasil tem o **MES/Psol** como organização irmã – até poucos anos atrás era parte do PSUV, apoiando o governo Chávez. Desde 2014, todavia, se retirou do partido governista e se lançou na construção do bloco político "Plataforma do Povo em Luta e do Chavismo Crítico". Por "chavismo crítico" entende-se uma oposição ao governo Maduro, por ver em seus projetos de austeridade, seu reforço das "cúpulas" – em especial do peso dos militares no regime –, sua maior aproximação com capitais internacionais e as constantes e crescentes violações do regime democrático, uma traição do projeto bolivariano. Mais especificamente, o "chavismo crítico" reivindica a última das muitas "autocríticas" feitas por Chávez, em outubro de 2012, antes de seu afastamento do poder e posterior morte, na qual ele, mais uma vez, reconheceu que o país não estava caminhando para uma "transição socialista", e que mudanças se faziam necessárias – um *golpe de timón,* mudança brusca no timão do barco, para mudar sua direção, segundo o próprio. (ver http://portaldelaizquierda.com/2016/08/construir-desde-chavismo-una-oposicion-a-la-izquierda-del-gobierno/).

Em oposição à MUD – que corretamente denunciam como uma força política reacionária – a principal posição da **Marea Socialista** tem sido, coerentemente com a lógica do "chavismo crítico", a contraposição ao governo Maduro da defesa da Constituição Bolivariana, a "Constituição de Chávez", segundo seus artigos. Desde essa posição, apontam que o projeto de Maduro, de convocar uma constituinte chapa-branca, muito provavelmente servirá para legalizar retrocessos políticos e sociais em relação a atual carta. Porém, se limitam à defesa da constituição burguesa anterior (verhttp://portaldelaizquierda.com/2017/05/editorial-21-de-marea-socialista-frente-a-la-falsa-constituyente-referendo-consultivo-y-apego-a-la-constitucion-del-99/). Se trata, portanto, de uma posição legalista burguesa, incapaz de trazer mudanças profundas para o proletariado – o que demandaria ir além do regime capitalista – e que, pior ainda, busca o resgate e manutenção do projeto de conciliação de classes e suposta transição gradual ao socialismo de Chávez, em um cenário econômico em que a lua de mel que ele construiu com a oposição burguesa entre 2006 e 2013 claramente já não é mais viável.

Corretamente, a **Marea Socialista** denunciou a recente tentativa de golpe do supremo e se opõe ao golpismo da MUD, se colocando como oposição tanto ao governo, quanto a seus adversários burgueses – os quais às vezes até mesmo iguala. Mas, por seu apego a uma concepção reformista de socialismo, a despeito de sua retórica avermelhada, ela falha em traçar uma linha de independência de classe nesse momento crítico, que coloque a ação independente dos trabalhadores e um projeto revolucionário no centro do seu programa. Sua organização irmã no Brasil, o **MES/Psol**, segue a mesma linha, reproduzindo as ilusões da **Marea Socialista** no projeto bolivariano e na "Constituição de Chávez", e defendendo "chamar o povo a decidir" como solução para a atual crise, disseminando ilusões no método plebiscitário, como se fosse uma forma real de poder dos explorados e oprimidos sob o capitalismo. Essa ilusão fica nítida na fala de Luciana Genro, para quem, sob Chávez, se avançou no "empoderamento e a organização da maioria da população" – quando o que ocorreu, conforme visto, foi a "captura" pelo Estado burguês de organismos de autogestão popular existentes antes da chegada de Chávez à presidência, e a criação preventiva de novos organismos, bastante tutelados. (ver http://esquerdasocialista.com.br/chamar-o-povo-decidir-e-relancar-transformacao-social/)

Já as organizações que reivindicam na Venezuela o legado morenista padecem de um outro desvio. Trata-se da **Unidad Socialista de los Trabajadores (UST)**, seção simpatizante da **Liga Internacional dos Trabalhadores** (LIT-CI, no Brasil o **PSTU**, sua principal seção) e do **Partido Socialismo y Libertad (PSL)**, seção venezuelana da **Unidade Internacional dos Trabalhadores** (UIT-CI, no Brasil a **CST/Psol**). Elas corretamente se opõem ao projeto de colaboração de classes do chavismo (ainda que a UST integre a "Plataforma do Povo em Luta e do Chavismo Crítico"), e se opõem ao governo Maduro, que caracterizam de "bonapartista" e "semiditatorial", respectivamente.

Todavia, guiadas pela lógica mecânica desenvolvida por Nahuel Moreno – segundo a qual revoluções socialistas devem ser precedidas por "revoluções democráticas", protagonizadas por massas amorfas do ponto de vista da divisão de classes e lideradas por não importa que programa e que forças políticas (ver https://rr4i.milharal.org/2016/06/18/moreno-e-trotsky-compare-e-contraste/) – os dois grupos veem nos protestos de rua convocados pela MUD parte de uma "rebelião nacional". No caso do **PSL**, afirmam que se trata de uma "grande rebelião democrática", ao passo que a **UST** denunciouuma "traição" de parte da MUD quando, alguns meses atrás, alguns setores optaram por não mais insistir no referendo revogatório e marchas de rua para,em vez disso, abrir diálogo com Maduro. A UST/LIT, embora esteja um pouco mais "independente", ao não participar de todas as ações convocadas pela MUD, concorda que, se esta quiser efetivamente derrubar Maduro, seria válido participar conjuntamente desse intento: *"Seguramente, muitos companheiros opinarão que com a MUD tiraremos Maduro e depois poderemos lutar mais facilmente. Isso poderia ser assim, se a maioria da MUD se propusesse a derrubar o governo. Mas por ora seus principais porta-vozes deixam claro que buscam 'negociar uma transição'."* (verhttps://litci.org/es/especial/crisis-del-chavismo/venezuela-no-vaya-a-votar-el-30-de-julio-por-la-ilegal-y-fraudulenta-constituyente/)

Coincidindo numa linha de agitação de "Fora Maduro!" – um grave erro em um momento no qual o único sujeito social e político capaz de realizar essa demanda é a oposição burguesa e a MUD – essas duas organizações todavia divergem nas suas "soluções de fundo" para a crise. A **UST/LIT** aposta na convocação de uma "greve nacional para colocar para fora este governo, e por um governo dos trabalhadores e do povo" (verhttp://www.pstu.org.br/venezuela-fome-e-miseria-ate-quando/). Mas agitar um chamado como esse como tarefa imediata quando a classe trabalhadora encontra-se acuada e politicamente desorientada é puro voluntarismo. E um voluntarismo que, somado às ilusões na possibilidade de derrubar o governo conjuntamente com a MUD, só pode servir para confundir o programa do governo revolucionário dos trabalhadores com a campanha da oposição burguesa direitista, desmoralizando-o perante o proletariado venezuelano. Já o **PSL/UIT**, de forma mais coerente com o cânone morenista da "revolução democrática", alia suas participações nas marchas e ações da oposição burguesa com um chamado por uma Assembleia Constituinte – e atribui a esse órgão burguês a tarefa de "decidir tudo" (ver http://www.uit-ci.org/index.php/donde-encontrarnos/venezuela/1144-venezuela-repudiamos-las-sentencias-del-tsj-que-profundizan-la-restriccion-a-las-libertades-democraticas e http://laclase.info/content/marea-socialista-no-convoca-a-derrotar-a-maduro/).

Um dos poucos grupos que mantém uma linha que realmente pode ser chamada de independência de classe diante do embate bolivarianismo ("crítico" ou não) *versus* direita burguesa, é a **Liga de Trabajadores por el Socialismo (LTS)**, seção venezuelana da **Fração Trotskista** (FT-CI, no Brasil o **MRT / Esquerda Diário**). Esse grupo denuncia tanto o recrudescimento autoritário do governo Maduro, que encara estar se tornando cada vez mais "bonapartista", quanto a tentativa hipócrita da oposição burguesa de se apresentar como defensora da democracia, e defende como saída a formação de uma frente única dos partidos, organizações e movimentos sociais que fazem oposição de esquerda a Maduro, como forma de erguer um terceiro polo político no atual cenário, um que seja da classe trabalhadora. Todavia, a **LTS** chama por uma Assembleia Constituinte para "ir ao fundo dos problemas e do exercício da 'vontade popular'" (e denunciam a convocada por Maduro como chapa-branca). Dessa forma, disseminam ilusões na democracia burguesa, ora atribuindo a um órgão burguês tarefas de um governo revolucionário dos trabalhadores, ora vendo em sua convocação um passo prévio necessário à defesa de um governo desse tipo, para os trabalhadores "fazerem a experiência" com a democracia burguesa (como se já não a conhecessem há anos). E esse não é um desvio exclusivo da **LTS**, mas um programa que virou verdadeira "fórmula de bolo"para o conjunto da FT-CI nos últimos anos (verhttps://rr4i.milharal.org/2016/05/13/a-demanda-de-assembleia-constituinte-do-mrt/). O caráter semi-etapista desse programa fica evidente pelas citações a seguir:

> "[…] para promover uma saída independente para os trabalhadores, aumenta a necessidade de uma verdadeira Assembleia Constituinte, Livre e Soberana para atacar o avanço bonapartista e antidemocrático, que supere a forma de representação da Assembleia Nacional (que não é proporcional e sobre-representa a primeira força), que elimine a interferência da FANB [Força Armada Nacional Bolivariana] na vida econômica e civil e a sua intervenção repressiva na ordem interna. Mas principalmente uma Constituinte Livre e Soberana, onde se discuta a resolução efetiva de todas as demandas econômicas, democráticas e sociais de pessoas que trabalham e que reverta as medidas de entrega dos recursos nacionais ao imperialismo."
> — **Maduro convoca Constituyente a su medida**

para fortalecer su giro bonapartista, *La Izquierda Diario*, 2 de maio de 2017. http://www.laizquierdadiario.com.ve/Maduro-convoca-Constituyente-a-su-medida-para-fortalecer-su-giro-bonapartista?id_rubrique=5442

"Uma Assembleia assim só pode ser conquistada através da mobilização, ligando-a ao conjunto das demandas operárias e populares para responder à crise. No caminho dessa luta, os próprios trabalhadores e setores populares podem realizar a sua experiência com as ilusões que possam ter com esta 'democracia', na qual os de baixo não temos nenhum poder real. Este processo pode levar os trabalhadores à convicção de que a única solução real é tomar em suas próprias mãos as rédeas do país, estabelecendo um autogoverno dos trabalhadores e pessoas pobres, com base nas organizações de luta, o único governo capaz de resolver completamente tarefas democráticas estruturais, como a dependência e libertação da dominação imperialista, e pavimentar o caminho para a construção do verdadeiro socialismo, sem capitalistas, proprietários de terras e exploração."

— **Declaración política ante la crisis en Venezuela, *La Izquierda Diario*, 2 de abril de 2017.**
http://www.laizquierdadiario.com/Declaracion-politica-ante-la-crisis-en-Venezuela

Por um programa classista e socialista revolucionário!

Pode-se ver, portanto, que as principais organizações à esquerda do governo Maduro no campo do trotskismo não traçaram um programa e uma estratégia de independência de classes coerente com o socialismo revolucionário. Isso por mais que algumas assumam posicionamentos consistentemente contrários aos dois polos burgueses, como a **LTS**, mas com uma proposta política de fundo restrita aos limites do Estado burguês. Para uma organização pequena e distante dos eventos em debate, é muito difícil (e até mesmo não recomendado) traçar posições para cada aspecto secundário da intrincada crise venezuelana que segue em curso. Mas estar distantes não pode nos impedir, como internacionalistas que somos, de traçar uma linha geral que encaramos ser correta, e de chamar os camaradas honestos das organizações socialistas venezuelanas a refletirem sobre a justeza dessa linha.

É consensual entre os grupos acima mencionados que o governo Maduro atua em prol de setores da burguesia nativa e internacional / imperialistas, e que aposta cada vez mais na militarização da política e na autonomização do executivo e do judiciário, como forma de se blindar tanto da oposição burguesa, quanto da oposição à esquerda – portanto, um regime cada vez mais bonapartista-burguês. Devemos denunciar e combater ativamente toda e qualquer ingerência e medida repressiva desse governo contra os movimentos sociais e organizações e partidos do proletariado. É urgente que se erga uma frente de lutas para se contrapor a seus ataques econômicos às condições de vida da população trabalhadora, na forma de uma frente única das organizações político-partidárias e dos movimentos sociais, começando por aqueles setores que já se encontram mobilizados de alguma forma, rumo a uma frente de dimensão nacional. Uma frente assim, organicamente vinculada às lutas, com compromisso das organizações em articularem conjuntamente a mobilização e com democracia para que as diferentes estratégias se expressassem na forma de um debate fraterno, seria capaz de inserir o proletariado como sujeito independente no cenário político, e apresentar uma alternativa política, que envolva a defesa dos direitos democráticos, dos empregos e salários e dos programas sociais que a burguesia teve que conceder ao longo dos anos de gestão chavista.

Mas, para realizar tal tarefa, é imprescindível que não haja nenhuma ilusão nas marchas da oposição burguesa. Por mais que sua demagogia pró-democrática seja capaz de mobilizar setores da polução trabalhadora e os escalões inferiores das classes médias, ela não passa disso: demagogia. Os setores hoje encabeçando essa marcha são notórios representantes do grande capital nativo e norte–americano, e boa parte deles esteve em alguma medida envolvida no golpe fracassado de 2002. É necessário rechaçar e deixar a nu esses setores, para que os explorados e oprimidos não sejam enganados pelos seus discursos hipócritas. Obviamente isso não tem como ser feito sem que se critique também e com firmeza o governo Maduro, seus ataques à classe trabalhadora e aos direitos democráticos. Mas isso não será feito integrando e "disputando" as marchas da MUD ou colaborando com ela numa derrubada de Maduro, como os morenistas **UST** e **PSL** parecem crer ser possível, mas organizando a classe trabalhadora, para que se apresente como alternativa no atual cenário. No próximo período, os trabalhadores devem lutar contra qualquer tentativa de golpe orquestrada pela MUD, que tem recebido apoio logístico e financeiro do imperialismo americano.

Os socialistas revolucionários defenderiam, além disso, uma série de ***demandas de tipo transitório***, que liguem as necessidades mais imediatas da classe trabalhadora e dos oprimidos com uma luta socialista, tais como expropriação sem indenização das empresas que demitirem alegando falência, redução da jornada de trabalho sem redução de salário até zerar o desemprego, reajuste automático do salário de acordo com a inflação, salário-mínimo vital, igual salário para igual trabalho, expropriação dos imóveis ociosos e distribuição a famílias sem-teto ou em condições de moradia de risco.

Também defenderiam, somada a essas demandas, a perspectiva de fundo de que apenas um ***governo revolucionário dos trabalhadores*** pode de fato resolver de uma vez por todas as mazelas que afetam o povo trabalhador venezuelano, e que esse governo deve ser erguido através de uma ruptura revolucionária com o Estado burguês, e não ser construído "gradualmente",

através de ações vindas de governos "progressistas" que ocupam esse Estado. Pois o que tais governos fazem é desmobilizar a classe trabalhadora e as suas organizações, reprimindo os setores oposicionistas e integrando os demais à institucionalidade burguesa – e retórica "avermelhada" alguma, nem diversos programas de redução da desigualdade social, são capazes de apagar o fato de que foi isso que Chávez e seu bolivarianismo fizeram: acalmar a classe trabalhadora depois da crise de hegemonia aberta com o *caracazo*, propagando uma agenda de conciliação de classes. Portanto, é fundamental um acerto de contas da esquerda venezuelana com o chavismo, dizendo claramente o que ele significou, em vez de buscar fazer um "resgate" de seu utópico projeto de transição gradual ao socialismo – "resgate" esse, aliás, que convenientemente "esquece" todos os ataques feitos por Chávez à autonomia do movimento operário e à independência de classe, como se isso fosse uma "novidade" sob Maduro.

A atual crise é trágica, mas abre a oportunidade da classe trabalhadora venezuelana ir além do chavismo e pautar sua autoemancipação revolucionária. Qualquer organização que coloque entraves a essa possibilidade, seja na forma de ilusões no bolivarianismo; seja não alertando para o perigo das articulações da MUD e do imperialismo; seja na forma de ilusões nas instituições burguesas (como as de uma Assembleia Constituinte); não é digna de se reivindicar marxista revolucionária. alguns setores optaram por não mais insistir no referendo revogatório e marchas de rua para,em vez disso, abrir diálogo com Maduro. A UST/LIT, embora esteja um pouco mais "independente", ao não participar de todas as ações convocadas pela MUD, concorda que, se esta quiser efetivamente derrubar Maduro, seria válido participar conjuntamente desse intento: *"Seguramente, muitos companheiros opinarão que com a MUD tiraremos Maduro e depois poderemos lutar mais facilmente. Isso poderia ser assim, se a maioria da MUD se propusesse a derrubar o governo. Mas por ora seus principais porta-vozes deixam claro que buscam 'negociar uma transição'."* (ver https://litci.org/es/especial/crisis-del-chavismo/venezuela-no-vaya-a-votar-el-30-de-julio-por-la-ilegal-y-fraudulenta-constituyente/)

Coincidindo numa linha de agitação de "Fora Maduro!" – um grave erro em um momento no qual o único sujeito social e político capaz de realizar essa demanda é a oposição burguesa e a MUD – essas duas organizações todavia divergem nas suas "soluções de fundo" para a crise. A **UST/LIT** aposta na convocação de uma "greve nacional para colocar para fora este governo, e por um governo dos trabalhadores e do povo" (ver http://www.pstu.org.br/venezuela-fome-e-miseria-ate-quando/). Mas agitar um chamado como esse como tarefa imediata quando a classe trabalhadora encontra-se acuada e politicamente desorientada é puro voluntarismo. E um voluntarismo que, somado às ilusões na possibilidade de derrubar o governo conjuntamente com a MUD, só pode servir para confundir o programa do governo revolucionário dos trabalhadores com a campanha da oposição burguesa direitista, desmoralizando-o perante o proletariado venezuelano. Já o **PSL/UIT**, de forma mais coerente com o cânone morenista da "revolução democrática", alia suas participações nas marchas e ações da oposição burguesa com um chamado por uma Assembleia Constituinte – e atribui a esse órgão burguês a tarefa de "decidir tudo" (ver http://www.uit-ci.org/index.php/donde-encontrarnos/venezuela/1144-venezuela-repudiamos-las-sentencias-del-tsj-que-profundizan-la-restriccion-a-las-libertades-democraticas e http://laclase.info/content/marea-socialista-no-convoca-a-derrotar-a-maduro/).

Um dos poucos grupos que mantém uma linha que realmente pode ser chamada de independência de classe diante do embate bolivarianismo ("crítico" ou não) *versus* direita burguesa, é a **Liga de Trabajadores por el Socialismo (LTS)**, seção venezuelana da **Fração Trotskista** (FT-CI, no Brasil o **MRT / Esquerda Diário**). Esse grupo denuncia tanto o recrudescimento autoritário do governo Maduro, que encara estar se tornando cada vez mais "bonapartista", quanto a tentativa hipócrita da oposição burguesa de se apresentar como defensora da democracia, e defende como saída a formação de uma frente única dos partidos, organizações e movimentos sociais que fazem oposição de esquerda a Maduro, como forma de erguer um terceiro polo político no atual cenário, um que seja da classe trabalhadora. Todavia, a **LTS** chama por uma Assembleia Constituinte para "ir ao fundo dos problemas e do exercício da 'vontade popular'" (e denunciam a convocada por Maduro como chapa-branca). Dessa forma, disseminam ilusões na democracia burguesa, ora atribuindo a um órgão burguês tarefas de um governo revolucionário dos trabalhadores, ora vendo em sua convocação um passo prévio necessário à defesa de um governo desse tipo, para os trabalhadores "fazerem a experiência" com a democracia burguesa (como se já não a conhecessem há anos). E esse não é um desvio exclusivo da **LTS**, mas um programa que virou verdadeira "fórmula de bolo"para o conjunto da FT-CI nos últimos anos (ver https://rr4i.milharal.org/2016/05/13/a-demanda-de-assembleia-constituinte-do-mrt/). O caráter semi-etapista desse programa fica evidente pelas citações a seguir:

> "[…] para promover uma saída independente para os trabalhadores, aumenta a necessidade de uma verdadeira Assembleia Constituinte, Livre e Soberana para atacar o avanço bonapartista e antidemocrático, que supere a forma de representação da Assembleia Nacional (que não é proporcional e sobre-representa a primeira força), que elimine a interferência da FANB [Força Armada Nacional Bolivariana] na vida econômica e civil e a sua intervenção repressiva na ordem interna. Mas principalmente uma Constituinte Livre e Soberana, onde se discuta a resolução efetiva de todas as demandas econômicas, democráticas e sociais de

pessoas que trabalham e que reverta as medidas de entrega dos recursos nacionais ao imperialismo."

— **Maduro convoca Constituyente a su medida para fortalecer su giro bonapartista, *La Izquierda Diario*, 2 de maio de 2017.**

http://www.laizquierdadiario.com.ve/Maduro-convoca-Constituyente-a-su-medida-para-fortalecer-su-giro-bonapartista?id_rubrique=5442

"Uma Assembleia assim só pode ser conquistada através da mobilização, ligando-a ao conjunto das demandas operárias e populares para responder à crise. No caminho dessa luta, os próprios trabalhadores e setores populares podem realizar a sua experiência com as ilusões que possam ter com esta 'democracia', na qual os de baixo não temos nenhum poder real. Este processo pode levar os trabalhadores à convicção de que a única solução real é tomar em suas próprias mãos as rédeas do país, estabelecendo um autogoverno dos trabalhadores e pessoas pobres, com base nas organizações de luta, o único governo capaz de resolver completamente tarefas democráticas estruturais, como a dependência e libertação da dominação imperialista, e pavimentar o caminho para a construção do verdadeiro socialismo, sem capitalistas, proprietários de terras e exploração."

— **Declaración política ante la crisis en Venezuela, *La Izquierda Diario*, 2 de abril de 2017.**

Por um programa classista e socialista revolucionário!

Pode-se ver, portanto, que as principais organizações à esquerda do governo Maduro no campo do trotskismo não traçaram um programa e uma estratégia de independência de classes coerente com o socialismo revolucionário. Isso por mais que algumas assumam posicionamentos consistentemente contrários aos dois polos burgueses, como a **LTS**, mas com uma proposta política de fundo restrita aos limites do Estado burguês. Para uma organização pequena e distante dos eventos em debate, é muito difícil (e até mesmo não recomendado) traçar posições para cada aspecto secundário da intrincada crise venezuelana que segue em curso. Mas estar distantes não pode nos impedir, como internacionalistas que somos, de traçar uma linha geral que encaramos ser correta, e de chamar os camaradas honestos das organizações socialistas venezuelanas a refletirem sobre a justeza dessa linha.

É consensual entre os grupos acima mencionados que o governo Maduro atua em prol de setores da burguesia nativa e internacional / imperialistas, e que aposta cada vez mais na militarização da política e na autonomização do executivo e do judiciário, como forma de se blindar tanto da oposição burguesa, quanto da oposição à esquerda – portanto, um regime cada vez mais bonapartista-burguês. Devemos denunciar e combater ativamente toda e qualquer ingerência e medida repressiva desse

24horaspb.com

Maduro junto ao alto comando das forças armadas: austeridade e repressão são o futuro do chavismo decadente.

governo contra os movimentos sociais e organizações e partidos do proletariado. É urgente que se erga uma frente de lutas para se contrapor a seus ataques econômicos às condições de vida da população trabalhadora, na forma de uma frente única das organizações político-partidárias e dos movimentos sociais, começando por aqueles setores que já se encontram mobilizados de alguma forma, rumo a uma frente de dimensão nacional. Uma frente assim, organicamente vinculada às lutas, com compromisso das organizações em articularem conjuntamente a mobilização e com democracia para que as diferentes estratégias se expressassem na forma de um debate fraterno, seria capaz de inserir o proletariado como sujeito independente no cenário político, e apresentar uma alternativa política, que envolva a defesa dos direitos democráticos, dos empregos e salários e dos programas sociais que a burguesia teve que conceder ao longo dos anos de gestão chavista.

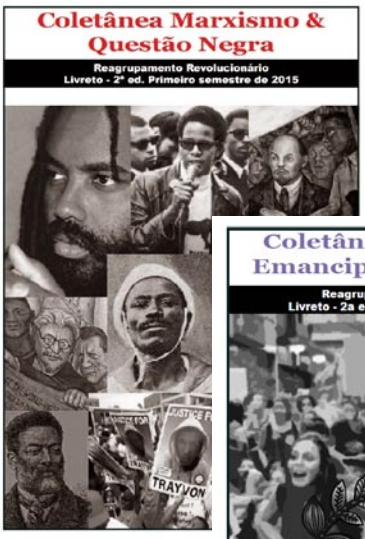
Mas, para realizar tal tarefa, é imprescindível que não haja nenhuma ilusão nas marchas da oposição burguesa. Por mais que sua demagogia pró-democrática seja capaz de mobilizar setores da polução trabalhadora e os escalões inferiores das classes médias, ela não passa disso: demagogia. Os setores hoje encabeçando essa marcha são notórios representantes do grande capital nativo e norte–americano, e boa parte deles esteve em alguma medida envolvida no golpe fracassado de 2002. É necessário rechaçar e deixar a nu esses setores, para que os explorados e oprimidos não sejam enganados pelos seus discursos hipócritas. Obviamente isso não tem como ser feito sem que se critique também e com firmeza o governo Maduro, seus ataques à classe trabalhadora e aos direitos democráticos. Mas isso não será feito integrando e "disputando" as marchas da MUD ou colaborando com ela numa derrubada de Maduro, como os morenistas **UST** e **PSL** parecem crer ser possível, mas organizando a classe trabalhadora, para que se apresente como alternativa no atual cenário. No próximo período, os trabalhadores devem lutar contra qualquer tentativa de golpe orquestrada pela MUD, que tem recebido apoio logístico e financeiro do imperialismo americano.

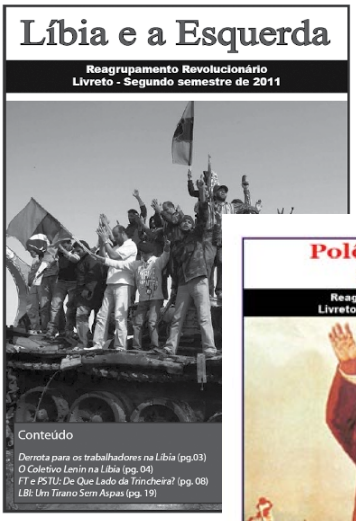
Os socialistas revolucionários defenderiam, além disso, uma série de ***demandas de tipo transitório***, que liguem as necessidades mais imediatas da classe

trabalhadora e dos oprimidos com uma luta socialista, tais como expropriação sem indenização das empresas que demitirem alegando falência, redução da jornada de trabalho sem redução de salário até zerar o desemprego, reajuste automático do salário de acordo com a inflação, salário-mínimo vital, igual salário para igual trabalho, expropriação dos imóveis ociosos e distribuição a famílias sem-teto ou em condições de moradia de risco.

Também defenderiam, somada a essas demandas, a perspectiva de fundo de que apenas um ***governo revolucionário dos trabalhadores*** pode de fato resolver de uma vez por todas as mazelas que afetam o povo trabalhador venezuelano, e que esse governo deve ser erguido através de uma ruptura revolucionária com o Estado burguês, e não ser construído "gradualmente", através de ações vindas de governos "progressistas" que ocupam esse Estado. Pois o que tais governos fazem é desmobilizar a classe trabalhadora e as suas organizações, reprimindo os setores oposicionistas e integrando os demais à institucionalidade burguesa – e retórica "avermelhada" alguma, nem diversos programas de redução da desigualdade social, são capazes de apagar o fato de que foi isso que Chávez e seu bolivarianismo fizeram: acalmar a classe trabalhadora depois da crise de hegemonia aberta com o *caracazo*, propagando uma agenda de conciliação de classes. Portanto, é fundamental um acerto de contas da esquerda venezuelana com o chavismo, dizendo claramente o que ele significou, em vez de buscar fazer um "resgate" de seu utópico projeto de transição gradual ao socialismo – "resgate" esse, aliás, que convenientemente "esquece" todos os ataques feitos por Chávez à autonomia do movimento operário e à independência de classe, como se isso fosse uma "novidade" sob Maduro.

A atual crise é trágica, mas abre a oportunidade da classe trabalhadora venezuelana ir além do chavismo e pautar sua autoemancipação revolucionária. Qualquer organização que coloque entraves a essa possibilidade, seja na forma de ilusões no bolivarianismo; seja não alertando para o perigo das articulações da MUD e do imperialismo; seja na forma de ilusões nas instituições burguesas (como as de uma Assembleia Constituinte); não é digna de se reivindicar marxista revolucionária.





Confira também nossos livretos temáticos! Disponíveis em PDF em nosso site ou com um de nossos militantes.

Acesse e confira:

rr4i.org

A resposta da esquerda dos EUA ao Trump e às eleições de 2016

Colaboração de classes e a importância do programa revolucionário

Por Joseph Donnelly, originalmente publicado em inglês em março de 2017.

laweekly.com

Protesto anti-Trump em Los Angeles, 12 de novembro de 2016.

Em 20 de janeiro, Donald J. Trump fez seu juramento para se tornar o 45º Presidente dos Estados Unidos. Sua campanha eleitoral, lançada formalmente em 16 de junho de 2015, se tornou o centro das atenções de muitos ativistas políticos, preocupados com os rumos do país sob sua gestão. Para muitos apoiadores do Partido Democrata, bem como de outros agrupamentos liberais, Donald Trump aparentou ser uma ótima forma de agregar pessoas à sua causa – segundo eles, se você não escolher um liberal Democrata (como Hillary Clinton), você estará escolhendo Trump. Já fazem pelo menos uns cem anos que os revolucionários tem se confrontado com esse tipo de lógica, de escolher o "mal menor". E nós sempre apontamos que se trata de um argumento para dar apoio a forças burguesas – levando a desarmar e a desmobilizar a independência das lutas de classes. Ainda assim, muitas pessoas e organizações que se reivindicam revolucionárias caem nesse conto.

Como afirma o *Manifesto Comunista*, "O movimento proletário é o movimento ***independente*** da imensa maioria em proveito da imensa maioria" (ênfase adicionada). Um programa político que almeja subordinar a luta pelo socialismo a formações políticas lideradas por uma ou outra fração da burguesia é *colaboracionismo de classe*. Políticas colaboracionistas de classe e pseudo-revolucionárias foram um aspecto central do stalinismo ao longo do século XX, levando à traição da primeira Revolução Chinesa (1925-27) e ao massacre dos trabalhadores e camponeses chineses, como fruto da ordem dos stalinistas para que os comunistas chineses se subordinassem ao partido burguês conhecido como Kuomitang. A colaboração de classe é a característica central da ideia da "frente popular", que subordina a política independente do proletariado àquela de uma fração da burguesia, normalmente uma que se encara ser "progressiva", o "mal menor", ou "democrática". A política da frete popular, com o apoio dos stalinistas, pavimentou o caminho para a derrota da greve geral de 1936 na França. Essa derrota preveniu a vitória do proletariado sobre o Estado capitalista, que poderia ter evitado a ascensão do brutal regime de Vichy. A frente popular também foi a razão da derrota da Revolução Espanhola e da ascensão do regime de Franco na Espanha. Capitulando ao governo republicano "anti-fascista", muitos anarquistas, stalinistas e até mesmo supostos "trotskistas" organizados no POUM (Partido Operário de Unificação Marxista), levaram à derrota da classe trabalhadora na Espanha, e essa traição levou, por sua vez, diretamente à ascensão do regime fascista de Franco, que pelas décadas seguintes brutalizou a classe trabalhadora da Espanha.

Quando tem lugar uma situação revolucionária, a habilidade das lideranças no movimento operário em se oporem a políticas de colaboração de classe será fundamental para que as chances que a classe trabalhadora tiver de tomar o poder. Manter a independência do programa revolucionário não é, como alguns talvez

argumentem, uma tentativa sectária de manter algum tipo de pureza típica de seitas, mas sim uma tentativa real de separar aqueles que podem lutar pela revolução daqueles que irão traí-la. A estratégia que muitos grupos de esquerda e anticapitalistas defendem nos EUA irá inevitavelmente levar a traições a não ser que se rompa inteiramente com seu atual oportunismo e suas políticas de colaboração de classes.

CPUSA: "comunistas" pró Hillary

A história do imperialismo dos EUA não se reduz ao Partido Republicano, "de extrema direita", mas também se entende aos "liberais progressivos" do Partido Democrata. Atrocidades como a Primeira Guerra Mundial; o bombardeio, inclusive atômico, ao Japão; a Guerra do Vietnã; a derrubada de vários governos democraticamente eleitos na América Latina e mundo a fora, dado apoio às ditaduras que os substituíram, foram todos frutos de gestões Democratas. Os Democratas de hoje, tais como os Clintons e o ex-presidente Obama, continuaram essa longa tradição de gestão do imperialismo, particularmente em relação à contínua brutalização do Oriente Médio, em especial no Iraque, Afeganistão e Síria, assim como na Somália, Paquistão e tantas outras nações ao redor do globo. Socialistas apoiarem Democratas – sejam eles os "do *establishment*" ou os "progressivos" — é um crime contra a classe trabalhadora.

O **Partido Comunista dos EUA** (**CPUSA**, na sigla em inglês) – que para muitos é a primeira referência quando se começa a se interessar pela tradição comunista – comete esse crime de forma descarada. Em uma página de "Perguntas Frequentes" (FAQ) em seu site, eles declaram que, "uma revolução socialista não é um único evento cataclísmico. Ao invés, abrirá uma era de transição – de radical mudança econômica, política, social e cultural. O processo eleitoral será parte desse processo. Ele será um processo profundamente democrático, um que liberará a energia criativa de milhões de pessoas em ação" (http://tinyurl.com/yb977xa3). A estratégia do CPUSA, de lentas reformas em direção ao socialismo, lembra a "via chilena para o socialismo". Representada pela experiência do governo Allende nos anos 1970, que defendia reformas como nacionalização de empresas e distribuição de terras, a experiência reformista acabou na forma de um golpe militar. Em vez de uma revolução que genuinamente lute contra a classe dominante, os reformistas não podem verdadeiramente se levantar contra o capitalismo, porque a burguesia não irá simplesmente aceitar ser "reformada" para fora do poder, e eventualmente tentará esmagar os trabalhadores, mesmo que para isso tenha que recorrer ao fascismo, que elimina todos os aspectos da democracia burguesa e dos direitos dos trabalhadores.

Eles declaram ainda em seu site que "Comunistas buscam mudar a sociedade pacificamente. Nós lutamos para expandir cada caminho democrático e eleitoral, como parte da nossa luta pelo poder político e econômico da classe trabalhadora. Nosso partido acredita que é possível fazer transformações fundamentais usando o processo eleitoral, a Constituição e especialmente a Carta de Direitos [Bill of Rights]" (http://tinyurl.com/ydd6nd38). O que isso significa na realidade é que eles não vão ser a favor de autodefesas proletárias em face da esmagadora violência utilizada pelo Estado burguês. O resultado inevitável de recusar apoiar a violência do oprimido contra o opressor e buscar transformar a sociedade dentro dos limites de uma constituição democrática-burguesa é ser levado a permanecer "neutro" na luta entre o opressor e o oprimido – o que, na verdade, significa apenas ajudar e ser cúmplice do opressor.

Idealmente, nós também gostaríamos de uma via não-violenta para a realização do socialismo, mas a História repetidamente mostrou que a burguesia irá usar todo tipo de violência para manter seu poder, e nós devemos nos preparar para isso. Como Engels afirmou em *Princípios Básicos do Comunismo* (http://tinyurl.com/yajct6q9):

> "Seria de desejar que [a abolição da propriedade privada por via pacífica] pudesse acontecer, e os comunistas seriam certamente os últimos que contra tal se insurgiriam. Os comunistas sabem muitíssimo bem que todas as conspirações são não apenas inúteis, como mesmo prejudiciais. Eles sabem muitíssimo bem que as revoluções não são feitas propositada nem arbitrariamente, mas que, em qualquer tempo e em qualquer lugar, elas foram a consequência necessária de circunstâncias inteiramente independentes da vontade e da direção deste ou daquele partido e de classes inteiras. Mas eles também vêem que o desenvolvimento do proletariado em quase todos os países civilizados é violentamente reprimido e que, deste modo, os adversários dos comunistas estão a contribuir com toda a força para uma revolução. Acabando assim o proletariado oprimido por ser empurrado para uma revolução, nós, os comunistas, defenderemos nos atos, tão bem como agora com as palavras, a causa dos proletários."

Com sua orientação "pacífica" e eleitoreira, o CPUSA se mantém fiel à tradição de colaboração de classe do movimento stalinista, tendo apoiado Hillary Clinton nas eleições de novembro passado. Tanto no site da organização (cpusa.org), quanto no site de seu braço de mídia (peoplesworld.org), os não-comunistas do Partido Comunista dos EUA tem resmungado sem parar sobre a derrota de sua candidata nas eleições de novembro, pondo a culpa da derrota de Clinton no FBI e também nos "ataques de direita e teorias da conspiração" (http://tinyurl.com/yb3fwtyk).

Apesar de inicialmente terem preferido Bernie Sanders, e constantemente se referirem a ele como um "socialista" (absorvendo, assim, o mau uso do termo feito pelo próprio), o CPUSA já estava se preparando para sua derrota e, consequentemente, a passagem do

apoio para Clinton, contra Trump. Eles afirmaram que o partido não poderia "ignorar o fato de que ela tem lutado contra a extrema direita por mais de 25 anos, incluindo os *shutdowns* de governo encabeçados por [Newt] Gingrich [que bloqueou o orçamento da gestão Bill Clinton na virada de 1995-96] e as tentativas de impeachment contra Bill Clinton". Eles também argumentaram que "Clinton também é motivada por sensibilidades democráticas e apoia negociações coletivas entre patrões e empregados [ao invés das negociações individuais predominantes], direitos reprodutivos [como aborto] e restaurar e expandir os direitos de voto. Ela prometeu continuar as políticas climáticas de Obama", concluindo que "se deve ter uma visão mais nuançada de Clinton, que é susceptível a pressão vinda debaixo" (http://tinyurl.com/gm6pnqt).

A única força que pode lutar por direitos democráticos, e mante-los a longo prazo, é o proletariado, no escopo da luta pela revolução socialista. A História já mostrou que as lutas democráticas, por fora da luta pelo socialismo e sob a ordem capitalista, não poderá obter resultados duradouros; e que mobilizar o poder da classe trabalhadora, especialmente no contexto de uma luta mais ampla pelo socialismo, é um método muito mais poderoso para se conquistar as demandas democráticas, especialmente em países sob dominação imperialista, conforme apontou Trotsky através sua Teoria da Revolução Permanente. Ao buscar os Democratas, ao invés da classe trabalhadora, o CPUSA não pode oferecer nada ao movimento operário que não seja derrota nas lutas vindouras.

Socialist Alternative (CIT): "trotskistas" pró-Sanders

Outras organizações, como a **Socialist Alternative** (**SAlt**, Alternativa Socialista), a seção nos EUA do **Comitê por uma Internacional dos Trabalhadores (CIT** – no Brasil, a **LSR/PSOL)**, focaram mais em apoiar Bernie Sanders e, mais tarde, o Partido Verde, enquanto ao mesmo tempo capitulavam à lógica do "mal menor" em relação a "proteger" os estados decisivos para Clinton. Kshama Sawant, membro do Conselho Municipal em Seattle e militante da SAlt, declarou em entrevista que, no que tange uma petição endereçada a Bernie Sanders, "Mais de 120 mil pessoas assinaram aquela petição porque elas querem que Bernie continue sua revolução política por fora do Partido Democrata caso os Democratas não o deixem seguir a frente como candidato. E naquela petição nós dissemos que, se as pessoas não estiverem convencidas da ideia de concorrer em todos os estados, então ao menos vamos concorrer nos estados seguros. Então eu acho que a ideia dos estados seguros pode ser usada como uma tática, mas acho que o que as pessoas precisam se apegar fundamentalmente é, você sabe, que precisamos construir um partido independente" (http://tinyurl.com/y8zznrqn). O apoio oportunista e colaboracionista de classe da SAlt a Sanders, tentando apelar de forma desesperada a seus fãs, os levou tão fundo no buraco que eles sequer querem parecer opostos a Clinton! Isso é o resultado inevitável da estratégia deles de apelarem a votantes Democratas, que eles vem utilizando por anos.

Marx e Engels tinham uma abordagem muito diferente da SAlt frente a processos eleitorais. Além de apenas lançar candidatos que se opunham decisivamente ao capitalismo sob um programa revolucionário, diferentemente do pró-capitalista Sanders, Marx e Engels sabiam que a decisão dos trabalhadores em concorrerem não deveriam ser afetada pela possibilidade de "sangrar" votos de um liberal que estivesse concorrendo contra um oponente mais conservador. Em sua *Mensagem da Direção Central à Liga dos Comunistas*, de março de 1850 (http://tinyurl.com/ycrdxahw), eles afirmaram que:

> "Mesmo onde não existe esperança de sucesso, os operários devem apresentar os seus próprios candidatos, para manterem a sua democracia, para manterem a sua autonomia, contarem as suas forças, trazerem a público a sua posição revolucionária e os pontos de vista do partido. Não devem, neste processo, deixar-se subornar pelas frases dos democratas, como por exemplo, que assim se divide o partido democrático e se dá à reação a possibilidade da vitória. Com todas essas frases, o que se visa é que o proletariado seja ludibriado. Os progressos que o partido proletário tem de fazer, surgindo assim como força independente, são infinitamente mais importantes do que o prejuízo que poderia trazer a presença de alguns reacionários no órgão representativo."

Se uma organização socialista revolucionária cresce a ponto de ser benéfico lançar um candidato em uma eleição burguesa, os interesses dos trabalhadores devem ser os norteadores – e não os interesses do liberais, sejam eles "progressivos" ou de algum outro tipo. Além de priorizar ter seus próprios candidatos anticapitalistas, concorrendo sob um programa revolucionário, quando isso não for possível uma alternativa tática para os marxistas é apoiar candidatos com independência de classe, ao mesmo tempo em que se critica a insuficiência de seu programa, como uma forma de "coloca-los a teste" e, assim, romper as ilusões de seus apoiadores a partir de uma experiência

Izquierda Info

Coluna do SAlt em ato pró-Bernie: "Precisamos de uma revolução política contra a classe bilionária" (faixa vermelha), "Movimento pelo Bernie" (faixa azual).

prática. Mas Sanders claramente não é um candidato com independência de classe, nem mesmo com muito esforço da imaginação.

A visão que a SAlt tem não é a do socialismo revolucionário, mas a do liberalismo tingido de retórica vazia contra as grandes corporações. A SAlt, que nominalmente procura romper com os Democratas e construir um novo partido, olhou para Bernie Sanders durante toda a temporada eleitoral e ainda olha para a sua derrota como um exemplo a seguir para movimentos futuros. Admitindo esse fato, eles afirmam: "Se queremos conquistar aquilo pelo que Bernie Sanders fez campanha, cabe a nós liderar o caminho na construção de nossos próprios movimentos e de nosso próprio partido político – de, por e para os 99%". Para a SAlt, o objetivo dos socialistas é recriar a campanha de Bernie Sanders, onde o anticapitalismo é substituído por "anti-corporações", que é uma versão liberal utópica de um capitalismo reformado, onde as pequenas empresas são fetichizadas. Sua visão de "uma sociedade que põe as pessoas antes dos lucros" (http://tinyurl.com/ycnd8pff) ainda é uma sociedade com lucros. E esperar que o capitalismo seja reformado, ou seja "politicamente revolucionado" por políticos Democratas "progressistas", para "colocar as pessoas antes dos lucros", é uma ilusão prejudicial que a SAlt está disseminando. Dizer que o estilo de política de Bernie Sanders representa a política da classe trabalhadora é absurdo para qualquer marxista verdadeiro – e precisamente por isso a SAlt não é, na verdade, marxista. Eles argumentam que "a histórica campanha presidencial de Bernie Sanders provou decisivamente que uma campanha eleitoral poderosa poderia ser construída sem dinheiro de corporações, baseada diretamente nos interesses dos 99%".

Um candidato que se lançou à presidência através de um dos dois partidos do imperialismo dos EUA supostamente se baseia nos interesses do "99%" (que para a SAlt inclui, por exemplo, os guardas armados do Estado capitalista) e "se revelou uma ameaça para a classe dominante" (http://tinyurl.com/yax4539g). Como afirmamos em uma recente polêmica com a SAlt/CIT em relação a seu apoio a Sanders, "Sanders não é apenas um 'progressista' com apoio popular. Sua campanha era por um dos dois partidos do grande capital imperialista americano e buscava recrutar tal apoio popular para dito partido, com o qual é comprometido em vários aspectos políticos que de progressistas não tem nada. Ele sempre foi um seguidor do Partido Democrata em todas as questões importantes enquanto foi Senador, embora tenha sido eleito como independente. Assim, apesar de ter sido contra a guerra do Iraque, apoiou muitas outras guerras de rapina do maior exército imperialista do mundo, desde os bombardeios na Sérvia no fim dos anos 1990 e a ocupação do Afeganistão em 2001, assim como as ações do governo Obama na Líbia e na Síria, mais recentemente. A certa altura das primárias, inclusive, deixou claro que apoiaria a candidatura de Hillary Clinton caso ela fosse escolhida a candidata do partido – apoio esse reafirmado ao final das primárias – o que demonstra seu compromisso com o partido" (http://tinyurl.com/y9s6fadu). Não é isso suficiente para provar que ele não era qualquer tipo de ameaça à classe dominante? Ele não é uma ameaça para eles, porque *ele é um de seus muitos representantes*, embora um "progressista".

Após a vitória eleitoral de Trump, a SAlt também argumentou que "um partido que representa as pessoas trabalhadoras deve antes de tudo propagar uma ousada agenda contra as corporações e pela classe trabalhadora. Mas também deve demandar que seus representantes eleitos recusem doações de corporações e aceitem apenas a renda básica de seus constituintes, como Kshama Sawant, membro socialista do Conselho Municipal em Seattle. Muitos parlamentares Democratas eleitos escolheriam deixar os Democratas em vez de aceitar essas condições. É por isso que continuaremos a defender um novo partido dos 99%" (http://tinyurl.com/yalbe7xg). Ao que parece, a SAlt vê um lugar nesse novo partido para a pequena minoria de Democratas que "aceitaria essas condições". Como um partido revolucionário pode incorporar Democratas? E não só incorporar Democratas, mas também, como eles afirmaram claramente antes, ter Democratas como Bernie Sanders *liderando* este novo partido dos 99%? Bem, é por isso que o partido que eles defendem não é um partido socialista revolucionário, capaz de liderar futuras Revoluções de Outubro, mas um partido vagamente "anti-corporações", com uma "agenda da classe trabalhadora" (http://tinyurl.com/y8mphquf) – e por isso, o que eles realmente acabam querendo dizer é uma agenda de colaboração de classe, salpicada com algumas reformas genuínas que os trabalhadores poderiam apoiar, o qual trairá os interesses da classe trabalhadora, subordinando-os aos capitalistas. Como Trotsky declarou no *Programa de Transição*: "A situação política mundial no seu conjunto caracteriza-se, antes de mais nada, pela crise histórica da direção do proletariado". Claramente, SAlt é uma parte do problema que Trotsky observou aqui, conforme eles continuam a propagar ilusões na burguesia.

Socialist Action: um Partido dos Trabalhadores, mas pra que fins?

Há ainda a **Socialist Action (SA,** Ação Socialista**)**, que levanta a perspectiva de formar um partido trabalhista nos EUA. A SA é ligada ao **Secretariado Unificado da Quarta Internacional (SU,** no Brasil a **Insurgência/ PSOL** e o **MES/PSOL)**, agrupamento de origens pablistas, formação contra a qual se insurgiu a Tendência Revolucionária do SWP, cujo legado anti-revisionista e anti-pablista nós reivindicamos como parte da continuidade revolucionária do trotskismo no pós-guerra (ver: http://tinyurl.com/ydcomc4o). Em um artigo recente eles apontam que os trabalhadores organizados são a única força capaz de lutar contra "Wall Street e os barões ladrões de hoje em dia", e também defendem a reconstrução e democratização dos sindicatos. (http://tinyurl.com/yaeea8ym) Todas perspectivas corretas, mas não é exatamente "radical" atualmente odiar Wall Street – essa é, afinal, a mensagem

na qual o Democrata Bernie Sanders baseou sua campanha, e a retórica anti-Wall Street é facilmente encontrada no discurso de qualquer candidato que tenta apelar "ao povo", até mesmo em Trump e Clinton.

A SA, ao apontar os trabalhadores organizados como a força capaz de superar os ataques de Trump, defende que isso seja feito a partir da construção de um partido trabalhista, declarando que "Um partido dos trabalhadores desses poderia aglutinar o justificado asco dos trabalhadores frente às duas máquinas políticas das grandes corporações, e finalmente canaliza-la de tal forma que seja possível revidar a longa ofensiva das corporações contra os trabalhadores e o planeta". O slogan e a demanda por um partido dos trabalhadores é uma tática que os trotskistas podem utilizar em certos cenários, mas nós sempre insistimos que o slogan por um partido dos trabalhadores deve caminhar de mãos dadas com a defesa de um programa trotskista revolucionário, um programa que advoga pela ditadura do proletariado, em prol de uma transformação comunista do mundo.

A ideia da SA de um "partido dos trabalhadores" é a de um partido que iria lutar por demandas como "dinheiro para postos de trabalho, não para guerras". Ao não declarar abertamente a necessidade de um poder proletário e uma revolução socialista, o artigo da SA em questão é ambíguo no que tange a como essas demandas seriam implementadas, deixando espaço para a noção de que poderiam ser obtidas através de mudanças no governo ou orçamento. Ademais, eles defendem "taxar as corporações e os ricos, não os trabalhadores". É necessário dizer claramente que isso *não pode* e *não será* feito de forma consistente sem que se estabeleça um poder proletário, através de uma revolução socialista – algo que a SA não faz. Além disso, eles defendem que o Estado "pare os assassinatos racistas e processe os policiais assassinos". Enquanto temos total acordo com a primeira parte da demanda, a segunda metade apresenta a questão como se fosse possível obter justiça através de pressão sobre o Estado burguês para que ele se enfrente contra seus próprios instrumentos, a política inerentemente racista. Acabar com os assassinatos por parte da polícia não é algo que será atingido apenas processando policiais, mas algo que precisa ser levantado pela classe trabalhadora, que lute pela sua própria autodefesa.

Marxistas deveriam, ao invés, lutar nos movimentos de massas contra as ilusões em reformas governamentais que, infelizmente, muitos trabalhadores possuem, apontando a necessidade de se construir um partido revolucionário dos trabalhadores, que lute pelo socialismo. Quaisquer reformas que sejam conquistadas pela luta da classe trabalhadora só poderão ser mantidas e significativamente expandidas quando os trabalhadores derrotarem o Estado capitalista e estabelecerem seu próprio poder de classe. A SA diz que "É hora de rejeitar o beco sem saída das políticas eleitorais, que nos deixam suplicando por migalhas a um ou outro partido controlado por nosso inimigo de classe. É hora de canalizar nosso poder de forma efetiva. É hora de organizar!". Todavia, o partido dos trabalhadores que eles propõem como solução não pode canalizar o poder de forma efetiva, a não ser que ele seja organizado ao redor de um programa revolucionário. De outra forma, ele poderá terminar sendo um canal para disseminar ilusões no, ou até mesmo integrar o Estado burguês, ao invés de instrumento de derrubada dele, como é o caso com a maior parte dos partidos Socialistas e Trabalhistas de massas na Europa.

A SA ressalta que os EUA são um dos poucos países que não tem um partido desses: "O fato dos EUA serem talvez o único país capitalista central na Terra que não tem tradição de independência política baseada na classe trabalhadora expressa na forma de um Partido Trabalhista, ou de um Partido Socialista de massas, provou ser um grande fator de desorientação" (http://tinyurl.com/y8gn8vm3). Todavia, ter um partido de massas como o Partido Socialista Francês, o PSOE da Espanha, ou Partido Trabalhista inglês não significaria algo menos desorientador para a classe trabalhadora. Apesar de nós também reconhecemos que usar esse slogan *de forma correta*, como Trotsky fez (ver http://tinyurl.com/ybhb3ws9), pode ajudar a abrir caminho para a construção de um partido revolucionário, é necessário dizer abertamente que um "partido dos trabalhadores" só pode representar verdadeiramente os interesses da classe trabalhadora caso ele adote uma estratégia contra o capitalismo.

A Socialist Action tende a ser significativamente mais principista em questões vitais, tais como independência de classe, do que muitos outros na esquerda dos EUA. Por exemplo, a SA reconhece claramente, diferentemente de outros na esquerda, que Sanders não era nada mais que outro político burguês, e criticou a mencionada SAlt, escrevendo que "O apoio da Socialist Alternative ao Democrata Sanders, ainda que demandando que ele rompesse com os Democratas e fosse o candidato do Partido Verde, serve para disseminar ilusões nas políticas capitalistas" – o que é uma crítica verdadeira. Eles reconhecem que, "Para Sawant, o principal exemplo de 'partido independente' é o Partido Verde, de classe média e pró-capitalista, ou alguma outra variante sem definição de classe". Mas como o "partido dos trabalhadores" da SA – que seria construído sobre a luta contra a "ofensiva das corporações" – seria diferente do "partido dos 99%" da SAlt? A SA afirma que "Revitalizar o movimento operário e lançar um partido dos trabalhadores são passos chave no caminho para levar os 99% da defensiva para a ofensiva", mas, tal qual a SAlt, falha em mencionar qualquer coisa que seja sobre a necessidade de um programa trotskista revolucionário, levando, dessa forma, a acreditar que esses novos partidos serão apenas baseados vagamente em slogans anti-corporações e demandas liberais, ao invés de num programa de demandas projetado para que os trabalhadores rompam com suas ilusões no Estado capitalista.

De sua parte, a Socialist Action, afirma que "socialistas revolucionários levantam a necessidade urgente por um Partido dos Trabalhadores baseado em um movimento operário combativo, (re)energizado e

revigorado" (http://tinyurl.com/ya53k7u4), o que, apesar de ser uma base mais principista para um partido do que o partido à lá Sanders da SAlt, não dará conta de conquistar nenhum ganho de longo prazo, caso não tenha a sua frente um programa revolucionário. Todavia, sua única menção à revolução é em referência a eles próprios como sendo socialistas revolucionários, sem mais nada a acrescentar. Eles afirmam que "Os programas reacionários prometidos pelos partidos capitalistas Republicano e Democrata ressaltam a necessidade de todos os movimentos de mudança social significativa e justa redobrarem seus esforços de organização. Devemos construir nossas lutas em várias frentes – contra as guerras de agressão imperialista, pelos direitos de imigração e justiça climática, contra a violência policial nas comunidades minoritárias, pelos direitos reprodutivos completos das mulheres e muitas outras questões. Junte-se a nós para construir estes movimentos independentes e junte-se à Socialist Action!". Embora concordemos com todas essas questões, como revolucionários nós explicaríamos essas lutas no contexto de uma luta global contra o capitalismo e a necessidade de uma revolução. Nós, do **Reagrupamento Revolucionário**, defendemos um partido dos trabalhadores revolucionário, o qual, declaramos abertamente, *deve* ser baseado em um programa leninista-trotskista (isto é, transitório), que lute pela ditadura do proletariado e pela criação de uma sociedade comunista.

Party for Socialism and Liberation: a reboque da noção vulgar de "socialismo"

Outra organização na esquerda, o **Party for Socialism and Liberation (PSL,** Partido Pelo Socialismo e Libertação**)**, argumenta que "É da mais imperiosa urgência que todas as pessoas progressistas tomem as ruas em defesa dos imigrantes, muçulmanos e pessoas de cor, e lançar uma visão alternativa em prol de unidade proletária e solidariedade na luta contra a rapinagem do capitalismo neoliberal" (http://tinyurl.com/y7o6hb68). Isso é verdade. Mas, enquanto é principista para marxistas trabalharem taticamente, em questões específicas do movimento operário com outros grupos centristas ou não-marxistas enquanto mantêm abertamente sua luta por um programa revolucionário, o PSL não segue as próprias palavras no que tange a forma como eles interagem com o movimento – em vez disso, eles seguem à reboque de "progressistas" como Sanders, apenas apontando que ele está de alguma forma à esquerda de Clinton ou outros Democratas, enquanto falha miseravelmente em expor uma linha de classe. Ao fazer isso, subordinam a luta de classes à políticas vagas, "progressistas", o que significa alguma variante de política burguesa. Na falta de um programa explicitamente revolucionário, que mantenha a independência do proletariado, em suas lutas diárias eles mantêm, tal como o CPUSA, a estratégia estalinista de colaboração de classe. Isto significa uma perspectiva de romper nominalmente com o Partido Democrata, ao mesmo tempo em que se recusa a apresentar uma mensagem revolucionária e, em vez disso, segue à reboque de tudo o que for popular.

Em relação à campanha de Bernie Sanders nas primárias, o PSL argumentou contra o que grupos como o nosso fazem quando denunciamos Sanders. Eles acham que tentar romper as ilusões que muitos trabalhadores bem-intencionados têm em uma ala ou outra da burguesia é a estratégia errada para preparar a revolução socialista. O PSL escreve: "No entanto, alguns socialistas radicais enfatizaram em sua agitação o quão 'ruim' Sanders é em algumas questões, ou que ele não é um 'socialista de verdade'. Essa não é a melhor maneira de alcançar os milhões de novos partidários de Sanders, que, pela primeira vez em suas vidas, querem um 'socialista democrático' para presidente dos Estados Unidos" (http://tinyurl.com/yatms7ye). O PSL simplesmente inverte tudo. O objetivo de um revolucionário não é popularizar uma compreensão do socialismo que simplesmente significa defesa de reformas básicas, como saúde universal, educação pública gratuita etc., mas sim nadar contra a corrente e mostrar como essa compreensão do socialismo e os políticos por trás dela – como Sanders – servem apenas para desarmar as lutas reais pelo socialismo. Os marxistas lutam contra todos os enganadores burgueses "progressistas". Se queremos conquistar trabalhadores para o socialismo real, não podemos nos recusar a dizer a verdade sobre Sanders: ele não nos oferece nada além de traição, pois ele é um Democrata. O PSL, ao se recusar a fazer isso, contradiz sua ênfase anterior na "unidade e solidariedade da classe trabalhadora", e acabará oferecendo apenas a mesma

CNN.com

ABC News

Fotos da marcha "Unir a Direita", Charlottesville (Virginia), agosto de 2017. A chega de Trump ao poder abriu espaço para a direita conservadora e reacionária , que chegou a assassinar uma ativista progressista em Charlottesville. É urgente uma resposta organizada do proletariado contra Trump e seus apoiadores!

traição que Sanders, ainda que talvez com um tom mais de esquerda.

Enfrentar Trump com ações combativas da classe trabalhadora!

Em resposta a Trump, nós do **Regrupamento Revolucionário** reconhecemos que apenas um movimento independente da classe trabalhadora pode representar qualquer ameaça real a ele e a todo o aparelho de Estado capitalista, que também é defendido ativamente pelos Democratas, Verdes e muitas outras forças anti-Trump. Apesar de não sermos uma força social poderosa, um grupo de propaganda combativo trotskista que luta junto ao movimento operário mais amplo e a outras organizações socialistas através da tática da frente única pode ter uma influência poderosa no resultado das batalhas da luta de classes. Essa tática, contraposta à frente popular de colaboração de classe, mantém a independência programática das organizações envolvidas na luta em conjunto durante uma circunstância ou ação particular, como uma greve. Além disso, todos os envolvidos mantêm o direito de criticar os outros envolvidos nessa ação – uma necessidade para expor o ponto de vista marxista sobre o que essa situação representa, como apontar que essa ou aquela batalha são parte de uma luta entre capital e trabalho, ou tentar contrapor nossos pontos de vista com os de outros grupos socialistas, que podem não ter uma visão revolucionária principista sobre um futuro curso de ação. Por exemplo, lutaríamos ao lado de Kshama Sawant e o resto da Socialsit Alternative por um salário mínimo de US$15, mas seríamos inflexíveis no que tange que Bernie Sanders não ser uma solução. Ou lutaríamos ao lado da Socialist Action em uma situação de greve, mas seríamos explícitos que não precisamos apenas de um partido dos trabalhadores, mas de um partido revolucionário com um programa revolucionário.

A necessidade de participar efetivamente das lutas do proletariado é uma parte vital desse programa revolucionário, mesmo se formos um grupo quantitativamente pequeno. Se olharmos para a greve dos caminhoneiros de Minneapolis de 1934, vemos a coluna de quadros bem pequena da Communist League of America, uma organização trotskista na época, que mais tarde participou da fundação do Socialist Workers Party (que, por décadas, não segue mais a tradição política de seus fundadores), efetivamente contrapondo à confusão dos burocratas sindicais uma liderança revolucionária – e no curso da greve, a retidão da perspectiva trotskista foi provada por milhares de trabalhadores que conseguiram conquistas significativas sob sua liderança. Mesmo tendo os líderes trotskistas sido presos e intimidados, os trabalhadores aprenderam que, para vencer, eles deviam opor-se às táticas colaboracionistas de classe e anti-combativas dos burocratas sindicais. (Para mais informações sobre estes eventos, ver: http://tinyurl.com/y88k84wv).

Uma luta contra o colaboracionismo de classe e pela adoção de um programa revolucionário que aponte a necessidade do proletariado de tomar o poder de Estado e de estabelecer a sociedade comunista é a única maneira de alcançar um sucesso final na luta de classes. A História mostra que isso pode levar a vitórias, enquanto que outros métodos levam os trabalhadores a derrotas.

- Por um partido revolucionário da classe trabalhadora!
- Enfrentar Trump com ações combativas da classe trabalhadora!
- Plenos direitos de cidadania para os imigrantes!
- Solidariedade com os refugiados! Não ao banimento!
- Por saúde universal! Defender os direitos ao aborto!
- Por autodefesas dos trabalhadores contra ataques da polícia!

☭

CONFIRA TAMBÉM, APENAS EM NOSSO SITE
- rr4.org -

Resposta à Luta Marxista, julho de 2017: http://tinyurl.com/y7ju5fq9

Falsa acusação da Liga Quarta-Internacionalista do Brasil contra o Reagrupamento Revolucionário, maio de 2017: http://tinyurl.com/yapwv9x4

Partido Obrero (Argentina) e a colaboração de classes com a burguesia, março de 2017: http://tinyurl.com/y922urgp

Venezuela em chamas

A crise do chavismo, a oposição direitista-imperialista e a necessidade de uma saída socialista revolucionária

Por Marcio Torres, julho-agosto de 2017.

El País

Durante a última década, a Venezuela atraiu a atenção – e a admiração – de parte significativa da esquerda, que se empolgou com a retórica socialista de Hugo Chávez e com seu projeto "bolivariano" de transformação do país, que despertou a fúria de setores da burguesia nativa e do imperialismo estadunidense. Desde a morte de Chávez, em março de 2013, e a eleição de seu então vice para o cargo de presidente, em abril seguinte, o país tem passado por uma deterioração econômica e uma crescente crise política, que no presente ano assumiu ares explosivos. O que foi o chavismo e o que realmente almejava o projeto bolivariano? A Venezuela está em transição para um "socialismo do século XXI"? O que se passa nesse momento e como tem reagido a esquerda socialista? Essas são algumas das questões que pretendemos abordar a seguir.

Do *caracazo* ao chavismo

A história do chavismo começa com o colapso do regime conhecido como *democracia puntofijista*, através da ação insurrecional das massas populares e de intensa agitação proletária, ao final dos anos 1980 e começo dos 1990. Como descreve o historiador Manuel Caballero (*La crisis de la Venezuela contemporânea*, Caracas, Monte Ávila, 1999), a chamada *democracia puntofijista*, ou IV República, foi um regime instaurado em 1958, após anos de governos encabeçados por militares nacionalistas – os quais, à altura das eleições de 1958, já se encontravam completamente no bolso das petrolíferas imperialistas. Ela foi fruto de um acordo firmado entre a União Republicana Democrática, o Comitê de Organização Política Eleitoral Independente (Copei) e a Ação Democrática (AD), para composição de um governo unitário independentemente de qual vencesse as eleições daquele ano – o "Pacto de Punto Fijo". Ao longo das décadas seguintes, o regime nascido desse pacto assumiu a forma de alternância de poder entre a AD e a Copei, o que ficou conhecido como "sistema dos dois partidos", ou *two parties system*. Além da alternância AD-Copei, esse regime se sustentava no controle pela AD da Confederação dos Trabalhadores da Venezuela, na existência de cargos vitalícios no parlamento e no voto censitário, além do apoio das forças armadas ("união cívico-militar").

Mas o fator mais importante que manteve esse regime de pé foi a adoção de uma política de redistribuição de renda por parte do Estado, utilizando a renda petroleira, arrecada através de uma política conhecida como "regime público proprietário", no qual o subsolo do país e suas riquezas naturais se tornaram de propriedade pública e sua exploração gerava suntuosa arrecadação na forma de impostos e tributos das empresas petrolíferas imperialistas (principalmente dos EUA) atuando no país.

Com o *boom* do petróleo em meados dos anos 1970, o governo, encabeçado por Carlos Andrés Pérez (AD) chegou a criar uma empresa estatal para participar diretamente da exploração do solo, a PDVSA. Todavia, na década seguinte, com a queda dos preços do petróleo e o giro neoliberal internacional, o Estado venezuelano viu sua arrecadação cair consideravelmente, e o sucessor de Pérez deu início a uma política batizada de "abertura

Continua na p. 15